

Como as intervenções
arquitetônicas mudaram
os espaços históricos do Muro
de Berlim
SYBILLE FRANK

Memoria Abierta: Topografía de
la Memoria
GONZALO CONTE

“Em casa com o passado”: 97
Orchard Street e o Tenement
Museum
DAVID FAVALORO

Intervenções arquitetônicas:
impactos urbanos
BEATRIZ MUGAYAR KÜHL

Patrimônio Cultural e a
dimensão metropolitana
SARAH FELDMAN

Lugares de memória difícil: as
medidas da lembrança e
do esquecimento
RENATO CYMBALISTA

Memória e espaço
FRAYA FREHSE

Um dos pressupostos fundamentais deste livro é o de que não há cidade ou espaço urbano dado de antemão, mas apenas aqueles que surgem das diversas construções analíticas e disciplinares. As ciências humanas constroem – e não simplesmente encontram – seus objetos. Nessa perspectiva, em que a cidade é algo indefinível, o esforço é o de avançar nas explicitações das aproximações e distanciamentos que cada área, cada recorte teórico-conceitual e cada objeto acabam produzindo sobre a cidade. Categorias como bairros, formas e usos do espaço, vida cotidiana, trabalho, patrimônio, memória, passado e futuro podem ser mobilizadas de forma a fomentar uma reflexão sobre intervenções possíveis e registros necessários.

Cymbalista, Feldman, Kühl (orgs.)

PATRIMÔNIO CULTURAL



PATRIMÔNIO CULTURAL

MEMÓRIA E INTERVENÇÕES URBANAS

Renato Cymbalista Sarah Feldman Beatriz M. Kühl
organizadores



Tudo o que é sólido se sublima
no ar: políticas públicas e
gestão do patrimônio
PAULO PEIXOTO

Patrimônio de quem? Cidade de
quem? Dilemas sociais do
patrimônio cultural na
dimensão urbana
SHARON ZUKIN

A obsessão com a memória: O
que isso faz conosco e com
as nossas cidades?
TALI HATUKA

Caminhando pelo passado
dos outros
GABI DOLFF-BONEKÄMPER

Santiago de Chile visto a través
de espejos negros: la memoria
pública sobre la violencia
política del periodo 1970-1991,
en una ciudad fragmentada
CAROLINA AGUILERA

Infraestructura cultural
desigual: retos para la inclusión
en los museos de la Ciudad
de México
ANA ROSAS MANTECÓN

A cidade à escala da rua: usos e
significados do passado na
afirmação de ‘tradições’
locais urbanas
GRAÇA ÍNDIAS CORDEIRO

PATRIMÔNIO CULTURAL

MEMÓRIA E INTERVENÇÕES URBANAS

PATRIMÔNIO CULTURAL

MEMÓRIA E INTERVENÇÕES URBANAS

Renato Cymbalista Sarah Feldman Beatriz M. Kühl
organizadores



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária Juliana Farias Motta CRB7/5880

PATRIMÔNIO CULTURAL: MEMÓRIA E INTERVENÇÕES URBANAS

Diagramação e capa
Ivan Matuck Ponte

Foto de capa
Carolina Aguilera
Cemitério Geral de Santiago do Chile
8 de setembro de 2013

Projeto e Produção
Coletivo Gráfico Annablume

Annablume Editora
Arquitetura, Urbanismo e Políticas Urbanas
Conselho Científico
Carlos Antônio Brandão
Carlos Fortuna
Giuseppe Cocco
Jeroen Klink
Joana Mello (coordenadora)
Mario Henrique D'Agostino
Maria Irene Szmrecsanyi (coordenadora)
Rosana Denaldi (coordenadora)

1ª edição: fevereiro de 2017

© Renato Cymbalista | Sarah Feldman | Beatriz Mugayar Kühl

Annablume Editora
Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 554, Pinheiros
05415-020 . São Paulo . SP . Brasil
Telefones: (11) 3539-0225 – Tel.: (11) 3539-0226
www.annablume.com.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
PARTE I – POSICIONAMENTOS	13
TUDO O QUE É SÓLIDO SE SUBLIMA NO AR: POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DO PATRIMÔNIO <i>Paulo Peixoto</i>	15
PATRIMÔNIO DE QUEM? CIDADE DE QUEM? DILEMAS SOCIAIS DO PATRIMÔNIO CULTURAL NA DIMENSÃO URBANA <i>Sharon Zukin</i>	25
A OBSESSÃO COM A MEMÓRIA: O QUE ISSO FAZ CONOSCO E COM AS NOSSAS CIDADES? <i>Tali Hatuka</i>	47
CAMINHANDO PELO PASSADO DOS OUTROS <i>Gabi Dolff-Bonekämper</i>	61
SANTIAGO DE CHILE VISTO A TRAVÉS DE ESPEJOS NEGROS: LA MEMORIA PÚBLICA SOBRE LA VIOLENCIA POLÍTICA DEL PERIODO 1970-1991, EN UNA CIUDAD FRAGMENTADA <i>Carolina Aguilera</i>	89

INFRAESTRUTURA CULTURAL DESIGUAL: RETOS PARA LA INCLUSIÓN EN LOS MUSEOS DE LA CIUDAD DE MÉXICO <i>Ana Rosas Mantecón</i>	113
A CIDADE À ESCALA DA RUA: USOS E SIGNIFICADOS DO PASSADO NA AFIRMAÇÃO DE ‘TRADIÇÕES’ LOCAIS URBANAS <i>Graça Índias Cordeiro</i>	133
COMO AS INTERVENÇÕES ARQUITETÔNICAS MUDARAM OS ESPAÇOS HISTÓRICOS DO MURO DE BERLIM <i>Sybillie Frank</i>	155
MEMORIA ABIERTA: TOPOGRAFÍA DE LA MEMORIA <i>Gonzalo Conte</i>	173
“EM CASA COM O PASSADO”: 97 ORCHARD STREET E O TENEMENT MUSEUM <i>David Favalaro</i>	201
PARTE II – RESSONÂNCIAS	213
INTERVENÇÕES ARQUITETÔNICAS: IMPACTOS URBANOS <i>Beatriz Mugayar Kühl</i>	215
PATRIMÔNIO CULTURAL E A DIMENSÃO METROPOLITANA <i>Sarah Feldman</i>	225
LUGARES DE MEMÓRIA DIFÍCIL: AS MEDIDAS DA LEMBRANÇA E DO ESQUECIMENTO <i>Renato Cymbalista</i>	231
MEMÓRIA E ESPAÇO <i>Fraya Frehse</i>	237
SOBRE OS AUTORES	243

INTRODUÇÃO

PATRIMÔNIO CULTURAL, MEMÓRIA E INTERVENÇÕES URBANAS

De 2012 a 2016, um grupo de pesquisadores de diversas unidades da USP reuniu-se no Núcleo de Apoio à Pesquisa “São Paulo: cidade, espaço, memória”, com o intuito de construção de uma plataforma de pesquisas coletiva e interdisciplinar em torno da cidade de São Paulo. O Núcleo de Apoio à Pesquisa foi coordenado por Ana Lucia Duarte Lanna e foi composto pelos pesquisadores Ana Claudia Castilho Barone, Beatriz Mugayar Kuhl, Fraya Frehse, Heitor Frugoli Jr, Luiz Recaman, Maria Lucia Bressan Pinheiro, Mônica Junqueira de Camargo, Maria Lucia Caira Gitahy, Paulo César Garcez Marins, Renato Cymbalista, Sarah Feldman e Simone Scifoni.

Um dos pressupostos fundamentais do projeto foi o de que não há cidade ou espaço urbano dado de antemão, mas apenas aqueles que surgem das diversas construções analíticas e disciplinares. As ciências humanas constroem – e não simplesmente encontram – seus objetos. Nessa perspectiva, em que a cidade é algo indefinível, o esforço é o de avançar nas explicitações das aproximações e distanciamentos que cada área, cada recorte teórico-conceitual e cada objeto acabam produzindo sobre a cidade. Categorias como bairros, formas e usos do espaço, vida cotidiana, trabalho, patrimônio, memória, passado e futuro podem ser mobilizadas de forma a fomentar uma reflexão sobre intervenções possíveis e registros necessários.

Nessas múltiplas perspectivas, a cidade não é abordada como palimpsesto, ou seja, não se procuram vestígios do passado ocultos na configuração do presente, mas este é composto necessariamente por múltiplas temporalidades. Isto significa que “a cidade nunca é absolutamente sincrônica: o tecido urbano, o comportamento dos cidadãos, as políticas de planificação urbanística, econômica ou social desenvolvem-se segundo cronologias diferentes. Mas ao mesmo tempo, a cidade está inteira no presente. Ou melhor, ela é inteiramente

presentificada por atores nos quais se apóia toda a carga temporal” (Lepetit, 2001: 145).

De fato, a cidade é sempre produto e meio de produção de encontros e desencontros, de disputas constantes; amplamente receptiva, portanto, aos modos como a usam, como a pensam, como a percebem, porque é pela mediação desse uso, desse pensamento, dessa percepção que ela vai sendo produzida (LeFebvre, 2000). A dinâmica urbana resulta de uma multiplicidade de processos que problematizam também o pensamento arquitetônico sobre a cidade. Se a reflexão faz sentido, então a cidade como *espaço* é sempre também produto e meio de produção de memórias – individuais, coletivas.

A *memória* implica assumir que o passado nem se conserva, nem ressurgem de maneira idêntica. A memória é um processo de reelaboração permanente do passado no presente (Nora, 1984; Pollak, 1989; Halbwachs, 2004; Bresciani e Naxara, 2004) e possui a propriedade de conservar certas informações e apagar outras, em processos renovados; é simultaneamente individual e psicológica, se liga à vida social e, necessariamente, se espacializa (Le Goff, 2003). É nesta perspectiva que o patrimônio histórico como bem cultural e suporte de memória é elemento central de reflexão sobre a cidade, e o faz a partir da mobilização de diversos saberes.

O Núcleo de Apoio à Pesquisa São Paulo: cidade, espaço, memória promoveu em agosto de 2013 a Conferência Internacional *Patrimônio cultural, memória e intervenções urbanas*, em que especialistas de vários países trouxeram experiências e reflexões no âmbito internacional que entrecruzam as temáticas do patrimônio, da memória e da construção do tecido urbano.¹

Um dos resultados da Conferência é o livro que aqui se apresenta, que reúne artigos dos participantes internacionais do encontro. No caso brasileiro, desde a década de 1930 a predominância nos debates na temática do patrimônio vem recaindo sobre o instrumento do tombamento e suas implicações. Os artigos apresentados neste livro mostram problematizações do patrimônio e da memória nas cidades em diferentes perspectivas, trazidos pelos autores estrangeiros que participaram do encontro.

Os dez primeiros textos problematizam diferentes realidades territoriais e apontam para uma diversidade de caminhos de pesquisa e ação sobre o território. Pela contribuição significativa que trazem ao campo de debates no Brasil, foram enfeixados na primeira seção do livro, intitulada como de “posicio-

1. A Conferência foi realizada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP de 28 a 30 de agosto de 2013.

namentos”. Sem que fossem criadas subseções específicas, o encadeamento dos textos nesta primeira seção do livro segue uma lógica deliberada.

Um primeiro conjunto de textos levanta questões de fundo que permeiam a temática da memória e do patrimônio. Paulo Peixoto alerta para os riscos da operacionalização da categoria do patrimônio imaterial, a transformação de práticas e ritos em commodities, e ao mesmo tempo revela os processos de apropriação e cópia de marcos arquitetônicos e paisagísticos ocidentais pelo urbanismo contemporâneo chinês. Sharon Zukin insere práticas recentes de memorialização nas dinâmicas gerais do capitalismo, mostrando as aderências entre a preservação de bairros, a gentrificação e a competição por localização intra e entre cidades. Tali Hatuka problematiza o crescimento da relevância da memória e da memorialização no território a partir da ideia de que nas décadas recentes ocorreu uma mudança na relação da sociedade ocidental com a própria dimensão temporal, e oferece um léxico para a compreensão das relações entre memória e território: *comemoração, reconstrução, performance*. Gabi Dolff Bonekämper investiga a propriedade – melhor dito, necessidade imperiosa – de mudança de perspectivas, de apropriação de narrativas e memórias de terceiros, como pressuposto para uma compreensão densa e complexa de significados históricos vinculados a locais específicos.

Um segundo conjunto de textos volta-se para problemáticas mais específicas. Ana Rosas Mantecón analisa o panorama das instituições culturais da Cidade do México, desafiadas pela expansão das demandas por políticas e instituições culturais e as restrições de recursos públicos. Graça Cordeiro recupera as narrativas de grupos sociais que ocupam bairros em Lisboa e Cambridge (Massachusetts-EUA), mostrando as estratégias comunitárias de atribuição de ‘caráter’, ‘tradição’, ‘identidade’ aos lugares da cidade contemporânea, em interface com as políticas públicas e os consumidores dessa imagem etnicizada e folclorizada de determinados trechos urbanos. Carolina Aguilera mostra as tensões entre as narrativas favoráveis e contrárias ao passado de ditadura – mas também de progresso econômico – na sociedade chilena contemporânea, e as formas como tais tensões se rebatem no espaço da capital chilena. Sybille Frank mostra as várias escalas e ambiguidades que podem ser desveladas a partir de um ponto estratégico para a memória da guerra fria, o Check Point Charlie, ponto de passagem entre as antigas Berlim Ocidental e Oriental.

Um terceiro grupo de textos mostra a forma como instituições da sociedade civil apropriam-se e ocupam as narrativas históricas em busca de incidência na sociedade contemporânea, produzidos por autores inseridos nesses mesmos processos e instituições. Gonzalo Conte relata a experiência da ONG argentina Memoria Abierta no processo de reconstrução da justiça e da verdade após o

traumático episódio de ditadura do país, trazendo à tona a própria dimensão forense dos espaços de memória. David Favalaro relata a trajetória institucional do Tenement Museum, que pesquisa e explora as narrativas de imigração, sobrevivência, trabalho, sonhos de ascensão social e desafios de assimilação cultural que se acomodaram durante décadas em um edifício de cortiços no nova-iorquino Lower East Side. Os textos escritos originalmente em inglês (Hatuka, Frank, Dolff-Bonekämper, Zukin e Favalaro) foram traduzidos para o português; os demais foram mantidos em sua versão original, incluindo os textos de Peixoto e Cordeiro, com grafia em português de Portugal.

Na segunda seção do livro – batizada de “ressonâncias” – quatro pesquisadores do Núcleo de Apoio à Pesquisa São Paulo: cidade, espaço, memória constroem categorias de análise do conjunto de textos, selecionando autores específicos e apontando as possibilidades por eles abertas. Beatriz Mugayar Kühl aponta as relações entre as escalas do edifício e da cidade, apontando para as especificidades dos objetos de larga escala tocados pelas problemáticas do patrimônio e da preservação. Sarah Feldman aborda as especificidades da dimensão metropolitana do patrimônio cultural, apontando os limites do instrumento de tombamento e as potencialidades que alguns textos trazem para a interpretação da realidade das metrópoles brasileiras. Renato Cymbalista mostra o crescimento da relevância e as especificidades de tratamento dos sítios de memórias difíceis no debate contemporâneo. Fraya Frehse problematiza a seletividade e os critérios de seleção da memória no trânsito entre a materialidade e a imaterialidade da cidade e de suas narrativas.

Tanto pela contribuição original de pesquisadores maduros, quanto pelas possibilidades que essas contribuições abrem para novas interrogações e questionamentos no Brasil, acreditamos que o livro *Patrimônio Cultural, memória e intervenções urbanas* constitui contribuição relevante ao campo de estudos, assim como a conferência homônima que o originou. Em seu conjunto, os textos apontam para a *diversidade*: de temáticas, objetos de pesquisa, referenciais teóricos e metodológicos, fontes bibliográficas. Talvez seja esta a maior contribuição do trabalho, apoiando a renovação das práticas e políticas relacionadas ao patrimônio histórico e à memória no país.

Os organizadores agradecem à Fapesp pelo apoio a publicação deste livro, por meio do auxílio publicação 2015/11717-9.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRESCIANI, Stella e Naxara, Marcia, orgs (2004). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, UNICAMP.

HALBWACHS, Maurice (2004). *A memória coletiva*. São Paulo, Centauro.

LEPETIT, Bernard (2001). *Por uma nova história urbana*. São Paulo, EDUSP.

LE GOFF, Jacques (2003). *História e memória*. Campinas, Ed. UNICAMP, 5ed.

LEFEBVRE, Henri (2000). *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 2000, 4ed.

POLLAK, Michael (1989). *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2,n.3, 1989.

NORA, Pierre (1984) *Lieux de mémoire*. Paris, Galimard.

A OBSESSÃO COM A MEMÓRIA: O QUE ISSO FAZ CONOSCO E COM AS NOSSAS CIDADES?

TALI HATUKA

Tradução Carlos Szlak

INTRODUÇÃO

Os monumentos celebrativos concretos e virtuais preenchem nossas cidades e contribuem para reescrever suas narrativas. Por que isso acontece, e o que isso significa? Este texto procura responder essas perguntas por meio do aprofundamento da compreensão do discurso contemporâneo a respeito da memória, e também mediante a familiarização com as práticas espaciais da memória. Sustentarei que a reconceituação da memória coletiva nas ciências sociais e a participação dos cidadãos nas práticas arquitetônicas e de planejamento contribuíram para o comprometimento intenso dos cidadãos com a memória das cidades do mundo inteiro. Também proporei que esse comprometimento deveria nos preocupar, e temos de ter o cuidado de que nossas cidades não sejam dominadas por lugares de *Ausência Urbana* – cidades que desenvolvem espaços que representam o trans-histórico, o mítico. Sugiro que o acontecimento histórico (traumático) seja utilizado como ponto de referência, para repensar o lugar de maneiras novas e inovadoras.

Em sua essência, as práticas espaciais de planejamento e arquitetura retratam o processo de apagar, construir e modificar lugares. Mas para quem? Para nós que vivemos nesses lugares, participamos do processo de apagamento e construção, e nos envolvemos constantemente na produção do espaço. Nesse processo, escolhemos lembrar ou esquecer, ou, às vezes, lembrar e posteriormente esquecer a história de um lugar. Uma coisa é clara: as decisões de quando lembrar ou esquecer estão incorporadas em nosso contexto espacial, político e cultural, e são parte de quem somos e de quem queremos ser. Esse processo dinâmico não é novo; de certa forma, foi uma rotina para muita gente por

séculos. No entanto, nas últimas décadas, testemunhamos um crescimento e talvez até uma obsessão em relação à memória e sua manifestação física num lugar. Os monumentos celebrativos concretos e virtuais enchem nossas cidades e contribuem para reescrever suas narrativas.

Duas suposições estão no cerne desses processos. A primeira suposição é que cada sociedade precisa desenvolver seu patrimônio cultural como parte do cultivo da esfera pública. Nesse aspecto, o patrimônio cultural é visto não só como memória estática, mas também como forma de participação cívica, que fortalece a sociedade civil como um todo. A segunda suposição afim é que o patrimônio cultural está vinculado firmemente com o espaço físico. Em outras palavras, há um vínculo coesivo, cultivado pela maioria das sociedades do mundo, entre espaço físico e memória. No entanto, esse vínculo entre fisicalidade e patrimônio, que foi amplamente defendido nas últimas décadas, é, atualmente, contestado por muitos que acreditam que essa inter-relação estimula a gentrificação e reforça o consumismo, o turismo e a manipulação política cínica por indivíduos e grupos. Por que continuamos a trabalhar dentro desse paradigma? É o momento de repensar o relacionamento entre espaço físico e memória? Qual é o significado desse relacionamento em contextos diferentes? Como a escala, o tempo e o ritmo do desenvolvimento influenciam a maneira pela qual abordamos a memória? Queremos desenvolver um mundo de “cartões-postais da memória”?

Não há respostas simples para essas perguntas, mas podemos tentar respondê-las a partir de dois ângulos, ao menos: o teórico, por meio do entendimento adicional do discurso contemporâneo a respeito da memória; e o empírico, por meio da familiarização com as práticas espaciais da memória. Neste texto, sustentarei que a reconceituação da memória coletiva nas ciências sociais e a participação dos cidadãos nas práticas arquitetônicas e de planejamento contribuíram para o compromisso intenso dos cidadãos com a memória das cidades de todo o mundo. Empiricamente, devemos considerar esse compromisso através de práticas espaciais como parte da crescente consciência dos cidadãos sobre o poder da narrativa em modificar os lugares e suas políticas.

MEMÓRIA COMO PODER SOCIAL

A reconceituação da memória coletiva nas ciências sociais está associada com o debate a respeito da narrativa histórica: como ela é construída e por quem. As convenções variáveis da narrativa histórica levaram à percepção da memó-

ria como função do poder social; uma expressão social de cenários contextuais. O sociólogo francês Maurice Halbwachs, por exemplo, afirmou que a memória não é uma questão de reflexão a respeito das propriedades da mente subjetiva; preferivelmente, a memória é uma questão de *como as mentes funcionam juntas em sociedade*; como suas operações são estruturadas por arranjos sociais (Olick, 2008). Halbwachs propôs que os grupos sociais – famílias, cultos religiosos, organizações políticas e outras comunidades – desenvolvem estratégias para manter suas imagens do passado por meio de locais, monumentos e rituais de homenagem (Halbwachs, 1992). Nesse sentido, a fisicalidade do espaço desempenha papel decisivo na construção de memórias e como lembrança do poder social de um grupo.

Nas décadas de 1970 e 1980, a teoria de Halbwachs foi redescoberta com a expansão dos estudos de memória coletiva. Esses estudos tornaram-se os escombros de identidades perdidas ou oprimidas, com acadêmicos e cidadãos envolvidos nas escavações e na genealogia dessas identidades. Essa mudança de conceituação modificou o papel da memória coletiva e do compromisso dos cidadãos com os lugares. Como resultado, a memória coletiva tornou-se um material elástico, que, frequentemente, foi remodelado, distorcido e, dessa maneira, tornado não confiável como guia para as realidades do passado. Além disso, em diversos casos, a memória tornou-se um produto de consumo que é experimentado no acesso ao lugar. Em outras palavras, a memória tornou-se significativa não por sua representação genuína, mas como poder e influência social, política e cultural (Hutton, 2005).¹

O pensamento crítico a respeito de relações interligadas entre memória e política também influenciou significativamente a prática da arquitetura e do planejamento. Paralelo ao discurso referente à memória coletiva, e em associação ao mesmo, uma mudança ocorreu no papel do cidadão na construção do lugar. A cidadania foi percebida não meramente como afiliação a uma entidade política, mas como uma lembrança do direito de participar da esfera pública, das limitações do poder do governo sobre o indivíduo, e do poder da lei em contraponto ao domínio arbitrário dos governantes. Na virada para o século XXI, essas características foram desenvolvidas e impostas, com os governos concentrando-se no aumento da participação dos cidadãos e do compromisso dos cidadãos como um instrumento que reforça a legitimidade e o poder de-

1. Isso levou ao entendimento do papel da memória na criação de identidades políticas, como discutido na obra de Pierre Nora, que aborda a criação da memória nacional francesa na criação de identidade política (Nora, 1966), na obra de Eric Hobsbawm e Terence Ranger (Hobsbawm e Ranger, 1983), que investigou os usos políticos da tradição na construção da identidade coletiva, e no estudo de Benedict Anderson (Anderson, 1983) a respeito da maneira que “comunidades imaginadas” são construídas como memórias pública, para dar expressão concreta a ideais abstratos.

mocrático. Essa abordagem mudou significativamente a postura arquitetônica e de planejamento do cidadão – que até a década de 1960, foi sujeito passivo no processo de planejamento. Atualmente, o cidadão é visto como agente ativo, que participa do desenvolvimento do ambiente construído.

A adoção dessa postura participativa também deve ser considerada no contexto do fracasso da realização utópica do século XX (Yiftachel, 1998), resultando na dissociação entre planejamento e promessa de utopia. Essa oposição pós-moderna aos projetos utópicos defendeu a vida cotidiana e celebrou a sociedade civil (Hatuka e D’Hooghe, 2007; De Certeau, 1984; Lefebvre, 1984; Chase, Crawford e Kaliski, 1999). Desde a década de 1960, o planejamento e a arquitetura enfocaram o “aqui e agora”, opondo-se a todos os conceitos de utopia. Portanto, o planejamento e a arquitetura adotaram um arcabouço dinâmico influenciado por uma abordagem pragmática para criação de novas visões (Davis e Hatuka, 2011). Isso também afetou os relacionamentos entre o profissional, o cidadão e o estado. O cidadão tornou-se um ponto de referência, um ator, um indivíduo participando do processo de criação do lugar. Essa abordagem tornou-se parte da agenda geral de inclusividade e compromisso cívico aprimorada pelos governos.

De modo mais importante, os dois discursos – memória coletiva (ciências sociais) e cidadania (arquitetura e planejamento) – compartilham semelhanças na percepção do tempo. Ambos estão enraizados no presentismo – contraponto à ideia historicista de “progresso”, que resultou na destruição de estilos de vida passados e dominou o pensamento a respeito do tempo histórico durante a era moderna (Huyssen, 2003:2). Os defensores do presentismo negam essa destruição e esse esquecimento, oferecendo interpretações do passado que contribuem discutivelmente para perspectivas críticas, moralmente responsáveis, a respeito da era presente. A adoção do presentismo implica que a história não é mais concebida como uma narrativa grandiosa ou como continuidade que informou o entendimento do tempo histórico na era moderna.

Com a crescente importância e influência desses discursos, as cidades tornaram-se a esfera concreta de negociação em relação às narrativas. A fisicalidade dos lugares e a capacidade de experimentá-los na vida diária tornaram-se mais significativas que os compêndios históricos. Além disso, os cidadãos receberam a oportunidade de negar ou contestar símbolos, memórias e imagens dos lugares como concebidos pelos profissionais. Esse reconhecimento da natureza mutável da memória definiu relacionamentos novos (e complexos) entre lugar, narrativas e práticas espaciais nas cidades do mundo inteiro.

As práticas espaciais que enfocam a memória não são um fenômeno novo. Na cidade tradicional (da antiguidade, medieval ou renascentista), a memória urbana era parte da imagem da cidade que capacitava o cidadão a se identificar com seu passado e presente. A imagem da cidade não era a “realidade” da cidade, nem uma “utopia” puramente imaginária, mas sim um mapa mental complexo do lugar visto como lar (Vidler, 1992: 177). Do ponto de vista físico, a criação de uma rede de monumentos (memoriais) na cidade distribuídos em uma hierarquia reconhecível apoiou a construção da narrativa dos lugares e a formação da unidade social e política da população.

No entanto, hoje, esses “mapas de memória” da cidade são muito mais complexos. As mudanças discursivas acima descritas transformaram o mapa da memória da cidade em um instrumento de luta social, em um instrumento de poder. Como resultado, múltiplos mapas sincrônicos sobrepostos uns sobre os outros estão sendo criados nas cidades, em um processo interminável. De fato, alguns desses mapas de memória não durarão por muito tempo. Não há muitos agentes ativos para mantê-los e conservá-los nas mentes das pessoas, nem capital significativo para manter sua existência no espaço físico. A redundância dos monumentos suscita uma grande variedade de respostas. Os cínicos afirmam que a memória virou um negócio; os otimistas defendem que é uma maneira de re-imaginar o lugar, e o pragmático sustenta que é um impulso humano e que a maioria dos mapas de memória desaparecerá ou será apagada (e, em certos casos, será resgatada). De fato, o papel da memória urbana é complexo, e há alguma verdade em todas essas respostas. A memória é um negócio, mas também pode ser utilizada como instrumento de mudança. Dessa maneira, é dinâmica e temporal. Duas perguntas surgem dessa discussão a respeito do papel da memória nas cidades contemporâneas: Primeira, que estratégias as pessoas utilizam no desenvolvimento dos mapas de memória espaciais-mentais? Segunda, que mapas estão condenados ao desaparecimento e quais serão resgatados? Esses mapas refletem o poder e o papel do acontecimento na memória coletiva de uma sociedade?

Tipificar estratégias na criação de mapas espaciais-mentais de memória é uma tarefa hercúlea. No entanto, os mapas de memória podem ser desenvolvidos mediante diversos métodos, incluindo o das três estratégias espaciais básicas: homenagem, reconstrução e performance. Cada uma dessas estratégias adota uma abordagem distinta em relação ao espaço, à fisicali-

dade e à participação do cidadão, produzindo uma abordagem diferente em relação à memória.

Homenagem. Como prática espacial, a homenagem é a estratégia mais consagrada na contribuição para a memória urbana, e pode ser encontrada na cidade da antiguidade, medieval e renascentista. Frequentemente iniciada pelas autoridades (mas não só), a fisicalidade da homenagem tende a ser monumental e grandiosa. Muitas vezes, a homenagem é criada para lembrar uma versão formal (nem sempre concordante) de um acontecimento, pessoas ou ambos. Contudo, duas mudanças importantes ocorreram nas práticas contemporâneas da homenagem. Uma dessas mudanças é social e a outra é física. Socialmente, se, no passado, as práticas espaciais de homenagem ao passado eram encabeçadas somente por líderes ou outros atores-chave da sociedade, na atualidade, muitas vezes, a instalação de monumentos celebrativos inclui um processo de negociação, ou ao menos uma discussão aberta, a respeito da linguagem de representação da memória. Fisicamente, a manifestação da memória também passou por mudanças, com monumentos celebrativos também assumindo formas abstratas (em vez de figurativas), possibilitando ao observador flexibilidade na interpretação do acontecimento.

Um exemplo de monumento celebrativo que representa essas mudanças é o memorial “Refletindo a Ausência”, que recorda os acontecimentos de 11 de setembro de 2001 e as vidas perdidas nos ataques. O memorial, situado no local do World Trade Center, na antiga localização das torres gêmeas, que foram destruídas durante os ataques, é o resultado de uma concorrência pública internacional. A concorrência foi aberta aos participantes de todo o mundo, despertando grande atenção e gerando diversas discussões. O projeto do memorial (de Michael Arad e do arquiteto paisagista Peter Walker) inclui duas piscinas com quedas de água caindo em cascata pelas laterais, situadas no interior da área ocupada pelas torres gêmeas. Cada piscina ocupa uma área de 4 mil metros quadrados, e tem a intenção de simbolizar a perda de vidas e o vazio físico deixados pelos ataques terroristas. A fisicalidade do memorial simbolizou o vazio, a ausência, e o poder desse momento específico da história do povo norte-americano. Essa interrupção de tempo e espaço também foi ampliada pelo som da água caindo, que teve a intenção de abafar os sons da cidade. As numerosas árvores que enchem o local (cerca de 400) convertem o local num santuário contemplativo. Nesse caso, a monumentalidade é alcançada pela escala do vazio, da ausência.

Reconstrução. Diferente do monumento celebrativo, que muitas vezes enfoca um acontecimento ou uma pessoa, a prática da reconstrução diz respeito ao preenchimento do espaço com o que se perdeu. Envolve memórias do patri-

mônio e o uso da memória para aprimorar um senso de comunidade (local/nacional). No entanto, como observado por Zygmunt Bauman, a comunidade defende o tipo de mundo que não é, lamentavelmente, disponível para nós, mas que desejamos afetuosamente habitar e tornar a possuir. Então, comunidade torna-se outro nome para paraíso perdido, para o qual esperamos afetuosamente retornar. Portanto, constantemente, procuramos caminhos que possam nos levar para lá (Bauman, 2001:3). A reconstrução da memória e do senso de comunidade por meio do ambiente concreto são métodos comuns utilizados pelo estado e pelos grupos sociais que visam aprimorar uma ideologia ou era específica. Em geral, as práticas de reconstrução são espacialmente grandiosas. Um edifício individual ou uma zona da cidade pode ser reconstruída. Devido à escala da reconstrução, sua realização requer esforço substancial. Portanto, é muitas vezes conduzida por instituições de uma sociedade.

Entre os exemplos fascinantes de práticas de reconstrução, incluem-se as ações atuais na cidade de Dresden. Essas ações integram os contínuos processos de reconstrução pós-Segunda Guerra Mundial, em que as forças armadas dos Aliados destruíram 80 por cento dos edifícios históricos das principais cidades alemãs (Berlim, Colônia, Leipzig, Magdeburg, Hamburgo, Kiel, Lübeck, Münster, Munique, Frankfurt, Würzburg, Mainz, Nuremberg, Xanten, Worms, Brunswick, Hanover, Freiburg e Dresden). No entanto, a recente fase de reconstrução caracteriza-se por crescente nostalgia e anseio por história, tradição, pontos focais e centros urbanos, que proporcionam orientação e senso de identidade na cidade. Em Dresden, entre os exemplos de projetos que suscitaram intenso debate, incluiu-se a reconstrução da Frauenkirche (Igreja de Nossa Senhora). Inicialmente, o projeto enfrentou forte resistência, com os críticos preocupados com a criação de uma Disneylândia histórica. No entanto, uma onda de apoio popular conseguiu aprovar o plano. Outro projeto envolve a reconstrução de edifícios de estilo barroco em Neumarkt, em Dresden; uma área completamente destruída pelos bombardeios aliados há 65 anos. Como a maioria dos atuais projetos urbanos, esses projetos de reconstrução estão tanto esquecendo ou apagando partes do passado, como recordando o ambiente construído passado e presente. Frequentemente, nesse processo de reconstrução do passado, os planejadores e os arquitetos atuam como mediadores e possuem papel significativo na reescrita da história. De fato, como Peter Kulka, arquiteto nascido em Dresden, perguntou: “Por que devemos ceder aos desejos dos aposen-

tados, que só querem ver seu passado mais uma vez?” (Leick, Romain, Schreiber, Matthias e Stoldt, Hans-Ulrich, 2010).

Performance. Ao contrário das práticas de homenagem e reconstrução, que são muitas vezes conduzidas por instituições, a performance tende a ser uma estratégia de baixo para cima; uma forma criativa pela qual as pessoas transmitem informações. Falar, gesticular e representar são capacidades relativas ao aprendizado e à lembrança, e devem ser consideradas como parte da longa tradição de história oral. Esse método serviu, e continua a servir, como meio de transmitir conhecimento e proporcionar refúgio a um grupo percebido como diferente do resto da sociedade. A representação pública desses relatos mediante práticas espaciais pode ser denominada “memória cênica”. Para os defensores dessa estratégia, a memória não é mais percebida como registro transparente do passado, mas como ato social poderoso, que requer uso consciente do corpo, um ritual temporal que possui manifestação concreta no espaço. Em outras palavras, para os participantes desse tipo de ação/ritual, a memória não é neutra (moral ou pragmaticamente); de preferência, é uma esfera de significado dinâmico, que é constantemente atuada, modificada e ajustada.

Um exemplo concreto de representação no espaço formal envolve as conhecidas Mães da Praça de Maio, na Argentina, cujos filhos “desapareceram” durante a ditadura militar entre 1976 e 1983. Ao longo de mais de três décadas, as mães lutaram pelo direito de se reunirem com seus filhos sequestrados. Desde 30 de abril de 1977, elas se reuniram todas as quintas-feiras à tarde na Praça de Maio, na frente da Casa Rosada, o palácio presidencial. Apesar de a ditadura ter proibido os protestos, as mães caminhavam em círculos, duas mulheres por vez, revelando como um ato inovador emerge a partir tanto do desenho do espaço (o círculo pavimentado ao redor do monumento), como das limitações legais relativas ao protesto contra o regime. Esse exemplo revela como os grupos recuperam o espaço redefinindo seu acesso, sua aparência e sua representação, modificando seu propósito cultural planejado.

Na realidade, essas três estratégias – homenagem, reconstrução e performance – não são os únicos métodos de abordar e abranger a memória espacialmente. No entanto, a pergunta suscitada em reação a essas estratégias e outras é: elas (ou outras) podem garantir que a memória de um acontecimento seja resgatada? A resposta para essa pergunta é negativa. Embora variadas na maneira pela qual abordam o lugar, suas manifestações físicas e seus significados simbólicos são todos temporais e integrados no tempo presente. Além disso, embora algumas estratégias sejam construídas de pedra e concreto, são todas substituíveis, devido a um acontecimento forçado (isto é, guerra ou conflitos violentos), mudanças discursivas (isto é, mudança de ideologia) ou até finan-

ciamento. Essa temporalidade nos faz lembrar que o ato de recordar envolve o passado e, portanto, está ausente. Desse modo, cada ato de memória contém uma dimensão de traição e esquecimento (Huysen, 2003:4).

A OBSESSÃO COM A MEMÓRIA E O QUE PODEMOS FAZER COM ISSO?

O século XXI caracteriza-se pela expansão do escopo da memória, com nossos horizontes de tempo e espaço estendidos para incluir as esferas local, nacional e internacional. Isso contribuiu elasticamente para o social e o espacial, permitindo a criação de novas coalizões de grupo, saltando fronteiras formais ou existentes. Essa é a beleza e a desvantagem da memória urbana contemporânea: ela é flexível. Essa flexibilidade gera um grande guarda-chuva sob o qual mais atores, organizações, cidadãos, comunidades, autoridades estatais e coalizões internacionais são incluídos, e novas histórias e relatos são criados. Essa situação acelerou os processos espaciais de esquecimento e lembrança, que são utilizados como instrumentos para mobilização e luta por recursos e poder.

Como exposto nos exemplos, diversas sociedades estão tentando lidar com a violência e os episódios de genocídio e destruição em massa, que traumatizaram populações inteiras num estado de repressão coletiva durante o século XX. As iniciativas de ajustar contas com essas memórias horripilantes resultaram na criação de espaços públicos de memória, enquanto prática de lidar com o trauma da memória reprimida, para revelar verdades duras e dolorosas acerca de crimes contra a humanidade. Nesse contexto, a urbanidade desempenha papel central na produção de representações simbólicas do acontecimento (Hatuka, 2009). Embora a produção do espaço pós-traumático tenda a ser incorporada pelo discurso nacional, também é desafiada pelas práticas de projeto que encaram o trauma de definir um novo lugar que simboliza um processo natural de mudança.

No entanto, esse engajamento intenso com a memória de nossas cidades deveria nos preocupar. Temos de ter o cuidado de que nossas cidades não sejam dominadas por lugares de *Ausência Urbana* – cidades que desenvolvem espaços que representam o trans-histórico, o mítico. Encarando esse desafio, devemos reiterar a diferença entre perda e ausência. A perda é particular, imediata e se relaciona com um tempo e um acontecimento específicos, enquanto a ausência é trans-histórica, mítica e se intensifica ao longo do tempo. Quando um trauma é aceito como perda, o contexto

urbano (como em ambientes de pós-guerra) pode ser abordado de diversas maneiras, como, por exemplo, melhorando as condições da situação estrutural-social básica da cidade. Se o trauma é percebido como ausência, a urbanidade torna-se um problema sociopolítico; uma busca interminável pelos habitantes por um retorno a um senso de unidade tanto do lugar como da comunidade. Essa situação trivializa ou até mesmo elimina as práticas cotidianas no local do trauma e, portanto, simplifica a história passada e em andamento do lugar. Essa eliminação *suspende* o presente (práticas cotidianas) e o futuro (intervenções ou planos para modificar o lugar), fundindo o momento (do trauma) com o significado do lugar. Essa suspensão é uma *Ausência Urbana*.

No entanto, as cidades envolvem vida e não ausência. Embora as práticas correntes associadas à memória criem maior oportunidade para discussão aberta, desacordo e resistência aos discursos formais, não podemos preencher nossas cidades com ausência. Não obstante a importância da memória, temos de ter o cuidado de não nos esquecermos do futuro. Como Andreas Huyssen afirma:

“Precisamos tanto do passado como do futuro para articular nossa insatisfação política, social e cultural com o presente estado do mundo. E embora a hipertrofia da memória possa levar ao comodismo, às fixações melancólicas e a uma priorização altamente problemática da dimensão traumática da vida, sem saída à vista, os discursos de memória são absolutamente essenciais para imaginar o futuro e recuperar uma base temporal e espacial em sequência da vida...” (Huyssen, 2003:6).

Dito de forma mais direta: ao resgatar um lugar de memória problemática, o acontecimento histórico deve ser utilizado como ponto de referência para repensar o lugar de maneiras novas e inovadoras. Isso está longe constituir um apagamento; envolve re-imaginar o futuro do lugar.

EPÍLOGO: CAMINHANDO NAS RUAS DE SÃO PAULO

Enquanto dava a palestra que originou este texto, na Universidade de São Paulo (USP), na cidade de São Paulo, dei-me conta que, se uma mudança de paradigma vier a ocorrer, ela acontecerá na América Latina, não só por causa das

dúvidas acerca da aplicabilidade do modelo europeu no contexto das cidades latino-americanas, mas também – e principalmente – devido ao pensamento espacial em evolução a respeito da tensão entre materialidade e não-materialidade. A memória deve ser materializada? Essa é a maneira de abordar o legado da paisagem elástica de São Paulo? Essas são perguntas que ficam no ar. São Paulo, cidade que não necessariamente possui uma estrutura clara e “legível”, cidade cuja elasticidade é sua imagem diferenciadora, cidade que não segue uma ordem cronológica “definida”, precisa de outra direção. No desenvolvimento dinâmico e rápido da cidade, há algo libertador. Portanto, pode ser o momento de desenvolver outra abordagem em relação ao patrimônio e à memória, uma que não se imponha fisicamente e redirecione o foco para a esfera virtual. Em última análise, o choque entre o patrimônio do passado e o espaço físico pode ser opressivo e incômodo. Talvez tenha chegado o momento de parar de forçar o legado do passado sobre nossa vida diária. Talvez seja hora de repensar a tensão entre o material e o não material como meio de encarar nosso passado e os desafios do futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict (1983). *Imagined communities :reflections on the origin and spread of nationalism*. London: Verso.
- BAUMAN, Zygmunt (2001). *Community: seeking safety in an insecure world*. Cambridge: Polity; Malden, MA: Blackwell.
- DE CERTEAU, Michel (1984). *The Practice of the Everyday Life*. Berkeley: University of California Press.
- CHASE, John, CRAWFORD, Margaret e KALISKI, John, eds. (1999). *Everyday Urbanism*. New York: Monacelli Press.
- DAVIS, Diane, HATUKA, Tali (2011). “The Right to Vision: A New Planning Praxis for Conflict Cities” *Journal of Planning Education*, 31/3: 241-257.
- FINCHER, Ruth, JACOBS, Jane (1998). *Cities of Difference*. New York: Guilford Press.
- HALBWACHS, Maurice (1992). *On collective memory*. Edited, translated, and with an introduction by Lewis A. Coser, Chicago: University of Chicago Press.

- HATUKA, Tali (2009). "Urban Absence: Everyday Practices versus Trauma Practices In Rabin Square, Tel Aviv," *Journal of Architecture and Planning Research*, 26/3: 198-212.
- HATUKA, Tali, D'HOOOGHE, Alexander (2007). "After Postmodernism: Readdressing the Role of Utopia in Urban Design and Planning" *Places Journal*, vol. 19/ 2: 20-27.
- HAYDEN, Dolores (1997). *The Power of Place: Urban Landscapes as Public History*, Cambridge: MIT Press.
- HEALEY, Patsy (1997). *Collaborative Planning: shaping Places in Fragmented Societies*. London: Macmillan.
- HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence, eds. (1983). *The Invention of Tradition*. New York: Cambridge University Press.
- HUYSSSEN, Andreas (2003). *Present pasts: Urban Palimpsests and the Politics of Memory*. Stanford, Calif.: Stanford University Press.
- HUTTON, Patrick H. (2005). "Memory." In *New Dictionary of the History of Ideas*, pp. 1418-1422. New York: Charles Scribner's Sons.
- INNES, J. E (1998). Information in Communicative Planning. *Journal of the American Planning Association* 64/1: 52-63.
- LACAPRA, Dominick (2001). *Writing History, Writing Trauma*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- LEFEBVRE, Henri (1984). *Everyday Life in the Modern World*. London: Transaction Publishers.
- Lefebvre, Henri (1991). *The Production of Space*, Oxford: Blackwell.
- LEICK, Romain, SCHREIBER, Matthias e STOLDT, Hans-Ulrich (2010). Out of the Ashes: A New Look at Germany's Postwar Reconstruction, *Spiegel Online International*, 8.10.10. <http://www.spiegel.de/international/germany/out-of-the-ashes-a-new-look-at-germany-s-postwar-reconstruction-a-702856-5.htm>. Accessed: July 13, 2013.
- NORA, Pierre (1996). *Realms of memory: rethinking the French past*. New York: Columbia University Press.
- OLICK, Jeffrey K (2008). "Collective memory." In *The International Encyclopedia of the Social Sciences*, 2nd Edition, William A. Darity, Jr., ed . pp. 7-8. Detroit: Macmillan Reference USA.

VIDLER, Anthony (1992). *The Architectural Uncanny: Essays in the Modern Unhomely*. Cambridge, Mass: MIT Press.

YIFTACHEL, Oren (1998). Planning and Social Control: Exploring the Dark Side. *Journal of Planning Literature* 12 (4): 395-406.

CAMINHANDO PELO PASSADO DOS OUTROS

GABI DOLFF-BONEKÄMPER

Tradução Carlos Szlak

TESTEMUNHANDO

Oradour sur Glane, agosto de 1967. Tenho 15 anos. Em 10 de junho de 1944, toda a população de Oradour sur Glane, vilarejo na região de Limousin, no sul da França, foi assassinada por uma companhia do regimento motorizado da SS *Der Führer*, retaliando uma ação empreendida pela Resistência Francesa. As mulheres e as crianças foram reunidas na igreja e, em seguida, o vilarejo e a igreja foram incendiados. Vinte e três anos depois, estou caminhando por Oradour sur Glane. Enquanto caminho, vejo, de passagem, as ruínas conservadas e estabilizadas para observação, as placas de informações, as evidências do massacre e as paredes enegrecidas pelo fogo, e fico muda, em horror e compaixão. Caminhando através dessas coisas, testemunho não o que aconteceu naquele tempo – isto é, no passado daquele lugar –, mas minha própria experiência e o conhecimento adquirido dela. O lugar me apresenta um passado que não consigo encontrar em outra parte.

Esse passado pertence aos habitantes atuais dessa parte da zona rural de Limousin. É o passado da França, que sabe da destruição do vilarejo e de seus moradores como um acontecimento de relevância nacional da época de guerra. Decidiu-se preservar o lugar e proteger as ruínas, para transmitir para as futuras gerações o conhecimento sobre o acontecimento. No entanto, o passado que encontro ali é também o passado de meu pai. Ele serviu como soldado na França, gostava da zona rural e da língua. Em julho de 1944, estava baseado no norte do país, bem longe de Oradour, mas disse que ouviu falar a respeito do massacre já naquela época. Como soldado do exército alemão, teve de se considerar como pertencente ao grupo dos que foram responsáveis pelo massacre, apesar da distância. Acho que aquela visita, em 1967, foi sua maneira

de presentificar aquele testemunho. Provavelmente, também foi uma forma de oferenda. E eu mesma encontro meu próprio passado em Oradour, pois tenho consciência de que, como alemã vivendo em 1967, pertencço a um grupo mais amplo daqueles que podem se considerar parcialmente responsáveis pelo ocorrido. É impossível saber se a nossa presença em Oradour naquele ano foi bem-vinda ou não.

O ato de caminhar também é um aspecto importante de minha memória a respeito daquela visita a Oradour: minha própria presença física e meu movimento através do lugar. Sem dúvida, poderia ter lido um livro a respeito do que aconteceu ali, na paz e na tranquilidade de outro lugar. Isso talvez também tivesse deixado uma impressão, e, tempos depois, eu talvez tivesse lembrado quando e onde li aquele livro. Contudo, como caminhei por aquele lugar, aquela minha experiência deixou uma impressão especialmente intensa. O que eu vi, senti e percebi – juntamente com o conhecimento que adquiri – está permanentemente retido em minha memória, como uma totalidade.

PERGUNTAS BÁSICAS

Como o relato acima pode ser mobilizado como modelo para a correlação conceitual entre caminhada, observação, experiência espacial, testemunho e memória? Se as pessoas podem caminhar num espaço previamente desconhecido, e identificar e interpretar as relíquias e as evidências de um passado que não é delas, quais são as consequências disso para as outras pessoas, que, naturalmente, também sempre carregam seu próprio passado com elas? Como os habitantes nativos se sentem quando forasteiros ingressam em seu espaço presente e demonstram compaixão com seu passado? O quão importante é que os visitantes sejam bem-vindos ali? O quão importante são as origens e as afiliações grupais, tanto para os visitantes quanto para os visitados? Como podemos definir o conflito entre vínculos locais individuais e outras possíveis associações pessoais (ou, de fato, desassociações), quando reconhecemos que algumas pessoas não permanecem nos lugares e nas culturas de origem, mas escolhem se distanciar de seus “próprios” passados?

O passado é abstrato até pertencer a alguém (Julian Bonekämper)

Em *The Cultural Memory*, Jan Assmann, em seu capítulo sobre Maurice Halbwachs, escreve que “O que Peter L. Berger e Thomas Luckman demonstraram fazer sentido para a realidade em geral foi aplicado por Halbwachs ao passado quarenta anos antes: é uma construção social, cuja natureza resulta dos sistemas de referência contemporâneos e da necessidade de mostrar o sentido das coisas no presente. O passado nunca está simplesmente ali, ele é uma criação cultural”.¹ Não quero buscar isso aqui; assim, vou simplesmente utilizar a palavra “passado” no plural, já que os diversos interesses representados dentro de cada novo presente – mesmo um e o mesmo presente – permitem a construção de uma pluralidade de passados por si mesmos. A natureza desses passados resulta dos sistemas de referência contemporâneos e da necessidade de mostrar o sentido das coisas no presente. O que fazemos disso? A objetividade e a abstração desses dois termos abrange grande variedade de possíveis opiniões, discordâncias e conflitos. Temos de levar em conta diversas leituras, autoridades interpretativas e prerrogativas da parte de governos e outros agentes; com maiorias e minorias que querem determinar ou co-determinar o que pode ser dito ou não a respeito de seus próprios passados, no presente ou no futuro. Referi-me a isso em outro trabalho como “volição histórica”.² O que é mencionado ou esquecido, encoberto ou inventado, transmitido ou ativamente omitido, dependerá da incidência do Estado, da legislação, de complexos processos de negociação que podem ser reiniciados a qualquer momento se novos fatos vierem à luz ou se novos agentes entrarem em cena.

Isso me leva à questão do que exatamente significam “construções sociais”, e como podemos problematizá-las enquanto resultado. Atualmente, a expressão é muitas vezes utilizada para enfatizar a noção de que valor e significado são socialmente atribuídos – isto é, “construídos” – e não intrínsecos ao objeto.³ Mas isso ainda não explica como acontecem os processos de construção social. Faz sentido assumir que os participantes não têm o mesmo grau de conhecimento e volição, ao menos inicialmente; que suas perspectivas e seus julgamentos são distintos e que seus objetivos são divergentes. Assim, muita coisa dependerá de quem organiza e preside o processo de negociação no caso específico; quem tem permissão para falar e quem fala; quem escuta quem, e quem formula e comunica o resultado. E mesmo isso não é garantia de que os envolvidos respeitarão o resultado da negociação por qualquer período de

tempo, ou que uma facção minoritária não vença, ou que o grupo que menos lutou saia vencedor.

Não resta dúvida que o controle do passado no presente é tanto uma arena política, como um instrumento político para organizações governamentais e não governamentais. De acordo com Robert Traba, co-editor de uma série de livros a respeito dos memoriais alemães-poloneses:

Os olhares que levam à criação de imagens do passado são definidos pelas tendências dominantes e pelo ambiente político e cultural. O passado no presente sempre é uma resposta às necessidades ideológicas da contemporaneidade, e não um desafio intelectual de reconstrução dos fenômenos e os processos históricos.⁴

Assim, a negociação dos passados não é um exercício inútil, especialmente entre vizinhos que se conhecem e apresentam experiências distintas em relação a acontecimentos similares – ou acontecimentos que talvez tenham ocorrido ao mesmo tempo, possivelmente até no mesmo lugar – e que enxergam as coisas de perspectivas diferentes. É um processo tenso e demorado, mas é indispensável para a construção ou retenção de relações culturais e políticas produtivas. Há ampla evidência disso nas prolongadas discussões entre as diversas comissões bilaterais que tratam de livros escolares, cuja missão é discutir o que os livros de história alemães – e franceses, poloneses, tchecos – devem dizer a respeito de suas respectivas histórias e das perspectivas de ambos os lados. Nesses casos, a dificuldade é chegar a um acordo sobre como as discrepâncias e os pontos em comum nos passados de cada parte podem ser considerados em conjunto, em vez da simples eliminação da outra parte.

O que acontece em relação a estados-nações vizinhos acontece em relação a regiões, cidades e bairros, e também em relação a comunidades de pessoas que vivem nesses mesmos lugares, mas que, por causa de seus status, profissões, origens ou afiliações culturais, relatam e transmitem alguns acontecimentos enquanto omitem outros. Nesse caso, também podemos esperar nos confrontar com passados vizinhos, que propagam antigas rivalidades, embora também possam propiciar a base para novas amizades. Assim, sugiro que a ideia de “passados vizinhos” pode ser aplicada a todos os níveis do espectro espacial e social; passados vizinhos, que diferem do passado “particular” de qualquer determinado grupo. Além disso, proponho também estabelecer a categoria de “passados estrangeiros”.

O passado “particular” alimenta-se da experiência direta e do conhecimento adquirido, embora estes sejam sempre interpretados dentro do contexto de um grupo de iguais do ponto de vista social e cultural. Então, o “passado particular” de um grupo – assim como outras características consideradas particulares a ele, tais como etnicidade, língua, religião – constitui a base para postulados e definições políticas a respeito da identidade do grupo que têm como objetivo fortalecer a comunidade. Até certo ponto, esses elementos formulados em nível estrutural, e sua validade universal, caráter obrigatório e autoridade derivam de abstrações do particular. Portanto, o que é internalizado como “passado particular” está sujeito em grande medida a definições externas que, paradoxalmente, fortalecem a percepção de particularidade, em vez de enfraquecê-la. No entanto, esse modelo ainda precisa levar em conta um aspecto que muitas pessoas agora consideram essencial: a mobilidade. Atualmente, uma quantidade cada vez menor de pessoas vive no lugar onde nasceram – sem mencionar seus pais e antepassados. Hoje em dia é na verdade bastante raro que as definições sociais e geográficas de pessoas-grupo sejam congruentes, confiáveis e constantes. No entanto, essa definição é frequentemente objeto de reivindicação, é enaltecida como indicador de enraizamento e utilizada como ferramenta de poder: constrói-se num NÓS com letras maiúsculas e cria laços que são difíceis de romper: logicamente, esse NÓS com letras maiúsculas implica num NÃO NÓS também com letras maiúsculas, que coloca limites claros de acesso e reforça as fronteiras entre grupos vizinhos.

Chamo aqui de “vizinhos” aqueles passados que se situam bem ao lado de determinando passado específico, mas que são marcadamente diferentes dele. Os acontecimentos principais e secundários são vistos sob perspectivas diferentes e assumem cursos diferentes, de forma bem palpável, por causa dos horizontes experienciais distintos. Na narrativa de um passado particular, esses passados substitutos podem servir para sustentar tanto amizades como rivalidades, às vezes ao longo de séculos. Designo aqui como “estrangeiros” passados que se situam numa distância espacial ou cultural considerável, e que só podem ser conhecidos e interpretados por poucas pessoas – embora possam se deslocar para muito mais perto como resultado de mudanças de lugar ou contatos pessoais, mas sem conter os motivos familiares de qualquer proximidade que resulte de experiências prévias.

É lógico que o particular, o vizinho e o estrangeiro só podem assumir uma definição concreta se postos em relação à perspectiva concreta de uma pessoa ou de um grupo. Essa definição mudará inevitavelmente quando uma pessoa se transfere para um lugar diferente – ou para um grupo de iguais diferente, que assinala um contexto social distinto num mesmo local. O “particular”

pode inesperadamente se deslocar para a distância e o “estrangeiro” pode estar bem próximo do “particular”. Dessa maneira, novas adjacências são geradas o tempo todo. Se, como e quando isso origina novas possibilidades de afiliação individual; se, como e quando as pessoas são capazes de abordar o passado de um lugar diferente (por meio de seus próprios laços recebidos do passado) dependerá não só de suas próprias volições, mas também de seu raio de influência sobre os discursos oficiais do lugar em questão. Reconstruindo retrospectivamente minha viagem para Oradour sur Glane eu percebo que, caminhando pelo espaço, aproximei-me de alguns passados ao mesmo tempo. Passados que agora consigo identificar como particulares, vizinhos e estrangeiros para mim. Essa experiência, e todas as implicações daquilo que fui incapaz de compreender naquela ocasião, agora fazem parte de um passado pessoal, particular, ao qual me sinto ligada. Nunca mais voltei para aquele lugar.

AFILIAÇÃO LOCAL, LAÇOS LOCAIS E RESIDÊNCIA

A afiliação local de uma pessoa pode ser concebida como um status definido do ponto de vista administrativo, legal, que requer residência: um endereço oficialmente reconhecido que sirva de base para os direitos e os deveres do cidadão. Ou ela pode ser um atributo social definido por terceiros, que incluem ou excluem a pessoa interessada como pertencendo ou não pertencendo a uma comunidade local ou a uma cidade. Mas a afiliação local também pode ser uma noção pessoal de pertencimento, que se baseia em coisas como origens pessoais, residência de longo prazo por parte da família, familiaridade com o ambiente, conhecimento da história local e toda uma variedade de experiências cotidianas. Tudo isso pode originar laços locais fortes, a noção de se sentir em casa num lugar (*Heimatgefühl*). Pergunto: qual é a importância do tempo nesse contexto? Como e quando as afiliações locais viram laços locais? Esses laços locais são desejáveis? Quanto tempo eles duram? Eles podem ser rompidos, se necessário? Quanto tempo uma pessoa precisa residir num lugar para poder dizer que pertence a ele ou, ao menos, sentir como se pertencesse? Ou, segundo Judy Ling Wong, artista chinesa que vive na Inglaterra: “Quanto tempo você precisa para se tornar local?”⁵ E em que momento as pessoas passam a ter o direito de interferir na construção dos passados de um local? Para mim, parece errado considerar o período de residência como o único parâmetro para responder a essas questões: o período de planejamento da mudança e qualquer outra noção pessoal de pertencimento também devem ser

considerados. Sugiro que levemos em conta esses três parâmetros e façamos uma distinção entre as formas a seguir de afiliação local pessoal:

- Os residentes de longo prazo (os “antigos locais”)
- Os recém-chegados (os “novos locais”)
- Os ex-residentes (os “ex-locais”)
- Os visitantes, independente do tempo de permanência (os “não locais”).⁶

Os termos entre parênteses têm a vantagem de levar em conta tanto afiliações geográficas quanto sociais em apenas duas palavras. Assim, utilizarei esses termos aqui. Os “antigos locais” denotam as pessoas cujas famílias já vivem no lugar há muito tempo e que – sendo referidos como “estabelecidos”, “ancestrais” ou *de souche* (ligados à terra) – são considerados como lá tendo crescido naturalmente, e eles próprios sentem que esse é o caso. Esse status constrói um tipo de direito autoral sobre os passados do local, e isso pode significar encobrimento ou omissão proposital de determinados acontecimentos ou circunstâncias. A ideia de “novos locais” refere-se às pessoas que chegaram recentemente e que, como recém-chegadas, ainda precisam ser aceitos no círculo interno dos moradores locais. Esse período de espera pode ser de apenas alguns anos, ou pode ser de até uma geração. Os “novos locais” (ainda) não têm passado no novo lugar. Os “ex-locais” são os que viveram algum dia ali, mas partiram de livre-arbítrio ou forçados por motivos políticos ou econômicos: emigrantes, refugiados, exilados ou migrantes, que mantêm seus antigos vínculos com seus passados anteriores, em seus lares anteriores, durante décadas; às vezes, durante séculos. Os “não locais” são visitantes, viajantes ou pesquisadores, que só ficam em um lugar temporariamente e não viram residentes. Eles podem ser capazes de identificar, ver e processar os sinais dos passados estrangeiros ou vizinhos ali. E embora eles não permaneçam, podem ter uma noção de pertencimento ao lugar.

É razoável supor que o desejo e o direito de exercer influência na construção dos passados do local aumentam conforme a duração da afiliação local. Podemos acrescentar que um compromisso com os passados do local pode em si ser um meio de reconciliação; por exemplo, em discussões muito antagônicas a respeito da interpretação dos acontecimentos no passado recente e mais distante. Essas podem originar opiniões discordantes, mas também unir as pessoas; pessoas que, discutindo um “terceiro assunto”, tornam-se mais próximas

umas das outras, independentemente de onde elas vêm ou de quanto tempo elas viveram num lugar. Isso pode ser uma influência positiva no processo de se estabelecer (*Beheimatung*). A residência, a afiliação local e os laços locais desempenharão papéis importantes nos estudos de caso que abrangem a segunda parte deste texto onde, novamente, estarei lidando com as quatro formas de ser um “local”.

TOPOGRAFIAS MATERIAIS/SOCIAIS E O “SE ESTABELECEER” (*BEHEIMATUNG*)

Uma pessoa que chega a um lugar ou a uma cidade que não conhecia, para uma visita longa ou breve, encontrará estruturas espaciais, ruas e praças, edifícios e estátuas, símbolos e relíquias, objetos permanentes que prestam testemunhos sobrepostos do que outrora existiu, do que foi planejado e do que passou a existir naquela cidade, vilarejo ou paisagem. Dependendo da competência profissional e do esforço despendido, traços materiais como esses podem ser lidos e interpretados tanto por novos locais, como por não locais. No entanto, ao contrário do que muitas vezes é dito, essas evidências físicas não constituem memória e não são portadores de memória. São recursos materiais que já foram apropriados e interpretados muitas vezes; podem evocar diversos passados e podem sempre ser re-apropriados em cada novo presente por todos os tipos de pessoas-grupos, desde que não sejam removidos. A conservacionista holandesa Marieke Kuipers chamou isso de “multicronologicidade”.⁷

Além dessa topografia material, espacial, também há uma topografia dos acontecimentos, que, em cidades diversas, densamente habitadas e existentes há muito tempo, pode ser complexa e apresentar múltiplas camadas, pois acontecimentos distintos podem ter ocorrido num mesmo lugar. Que narrativas do passado serão construídas nesses lugares, e por quem, dependerá do que Assmann chama de “sistemas de referência” e das necessidades de problematizar o sentido das coisas. Portanto, os lugares adquirem múltiplas codificações e, muitas vezes, múltiplos nomes; diversas *cadres sociaux* colidem na *cadre local*.⁸ Nesse caso, o recém-chegado pode escolher se situar em uma estrutura ou em outra, ou construir uma inteiramente nova. No entanto, isso pressupõe que a pessoa investigue a narrativa local, escute seus agentes, formule suas próprias perguntas e esteja aberta tanto ao espaço como às histórias associadas a ele. Em outras palavras, o recém-chegado precisa percorrer o espaço físico dos edifícios e dos símbolos, e também o espaço social das codificações e das narrativas. Isso é o que Karsten Drohsel afirma, em seu estudo a respeito da caminhada como uma forma de descoberta e mnemônica:

Podemos dizer que “enxergar” a história é principalmente uma questão de visibilidade e invisibilidade dos processos e acontecimentos históricos, cujos efeitos espaciais deixam rastros. Conhecê-los e conseguir lê-los facilita a decifrar as estruturas, os relacionamentos e ajuda a formular perguntas acerca da história de um lugar. É em virtude dessa capacidade que o discurso histórico ou baseado em objetos é possível.⁹

A caminhada é importante pois é somente por meio dela, por meio da mudança constante de posição e perspectiva, que o espaço de um acontecimento pode ser experimentado em todas as suas dimensões: o procurado e o inesperado, as fachadas e as vistas posteriores, os edifícios e as pessoas, os ritmos e as coreografias da vida cívica de uma cidade. O caminho percorrido pode ser memorizado e, posteriormente, testemunhar uma jornada pessoal.

LUGARES DE ACONTECIMENTOS – LUGARES DE TRANSMISSÃO

Alguém que realmente quiser entender e, no sentido literal, agarrar um acontecimento, deve estar disposto a procurar o lugar onde se passou o acontecimento, pois o lugar evocará aquele passado de maneira muito mais vívida e efetiva do que qualquer texto, imagem ou peça de museu. A presença do passado poderá assim ser experimentada no espaço do presente. Poder dizer “aconteceu aqui” e “eu estive lá” reforça a certeza do visitante de ter testemunhado algo, como aconteceu comigo em Oradour sur Glane. Mas em geral esses lugares não são preservados “da mesma forma que eram”; são alterados pelo trabalho de conservação e manutenção, por ações de informação ao público e, às vezes, por reconstruções cenográficas; medidas que testemunham necessidades anteriores; sistemas de referência e a ação dos habitantes ou dos agentes locais relevantes. Alguém que ingressa nesses espaços encontra uma concepção já consolidada dos acontecimentos; uma construção do passado erguida pelos outros. Seria isto a mesma coisa que ingressar no passado dos outros?

As coisas ficam um tanto mais complicadas numa cidade grande, densamente construída e densamente habitada, onde lugares específicos testemunham uma variedade de diferentes acontecimentos que são, por sua vez, considerados importantes por diversas comunidades e precisam ser transmitidos como elementos inerentes a seus próprios e específicos passados. Diversas necessidades e sistemas de referência se cruzam; as topografias de acontecimentos de grupos específicos produzem codificações distintas dos mesmos lugares, que

só se tornam realmente acessíveis depois de transmitidas e voluntariamente recebidas. Onde e em que passado alguém está perambulando, e que limites alguém transgride ao fazer isso, só pode ser determinado por aproximação. Alguém que quiser se lembrar de algo em algum lugar, em companhia de outra comunidade, e talvez erguer com os outros um novo passado, será influenciado pelo que já estiver preservado e explicado nesse lugar, mas isso não é algo que pode ser planejado.

As relações entre lugares e memória foram descritas em detalhes nas obras de Pierre Nora, Hagen Schulze e Etienne François, Robert Traba e Hans Henning Hahn, e há tempos a expressão *lieux de mémoire* (lugares da memória) tem sido ubíqua no discurso sobre os passados, merecidamente.¹⁰ A dimensão concreta, localizada da memória possui certas prerrogativas conceituais em relação às estruturas sociais – podemos falar de uma prioridade do *tópos*. O lugar se torna o portador e o gatilho da *mémoire*, e a palavra em francês (e também em português) traz o significado de memória tanto como uma recordação quanto como uma faculdade mental, dependendo do contexto.

O conceito original da série *Lieux de mémoire*, que alcançou consenso cultural em todas as classes políticas na França, apresenta uma tendência de harmonizar as diferentes configurações dos diversos agentes em um determinado lugar. Como isso, ficamos tentados a tratar uma visita a um lugar como a entrada em uma comunidade de especialistas, despistando a necessidade de aprendizado e de conhecer as lutas envolvendo as formas de transmissão do passado.¹¹ Mas é fundamental que esses esforços sejam feitos, pois os lugares de encontro de atores locais e visitantes são justamente os lugares em que é decidido aquilo que será lembrado pelos visitantes. São estes os lugares onde eles tornam-se testemunhas – não tanto dos acontecimentos históricos quanto de suas próprias experiências e aprendizados. É onde se abrirão as oportunidades se abrem para aproximações ou distanciamentos. Isso nos traz de volta para a nossa questão original: como os antecedentes e as relações de uma pessoa podem influenciar sua capacidade de adentrar o passado dos outros.

ESTUDO DE CASO 1: SER ESTRANGEIRO EM SEU PRÓPRIO PAÍS

Uma vez viajei pela região ao leste do rio Oder, um território antes alemão e que faz parte da Polônia desde 1945: por Stettin/Szczecin, Danzig/Gdansk, Elbing/Elblag e Breslau/Wroclaw. Minha percepção imediata a respeito de todos os espaços públicos e prédios modernistas do imediato pós-guerra foi a de

que eles eram poloneses. Ao mesmo tempo, reconheci muitos edifícios mais antigos como sendo de origem alemã, muito semelhantes a outros de Berlim, Munique ou Dresden. Mas, para mim, não pareciam alemães (não mais). O presente polonês fazia até mesmo os edifícios que possuíam um passado alemão recente parecerem diferentes. Senti como se estivesse viajando através de um país vizinho, num passado vizinho, onde as coisas pareciam semelhantes, mas não idênticas, e, provavelmente, tinham significados muito semelhantes, mas não idênticos. Eu não falo polonês.

A nova ordem estabelecida pelas potências vitoriosas para a Europa Central pela Conferência de Potsdam, realizada no verão após a Segunda Guerra Mundial, provocou grandes mudanças territoriais no que tinham sido anteriormente Alemanha e Polônia. Esse processo é frequentemente simplificado como a “mudança para o Ocidente” da Polônia. A região oriental da Polônia teve que ser cedida para a União Soviética, enquanto províncias que tinham pertencido anteriormente à Alemanha – Brandenburgo, Pomerânia, Silésia, Prússia Ocidental e Oriental – foram entregues à Polônia. Os habitantes das regiões afetadas foram expulsos ou forçosamente reassentados: os alemães para o território ao oeste dos rios Oder e Neisse, que, posteriormente, seria dividido entre a Alemanha Ocidental e Oriental; os poloneses para o oeste e o norte do novo território nacional, regiões anteriormente habitadas pelos alemães. Os recém-chegados migrantes poloneses (os novos locais), que tiveram de deixar suas casas, seus passados específicos e seu patrimônio cultural para trás, mudaram para casas, vilarejos e cidades pré-existentes, mas desocupados. Esses lugares não haviam sido construídas por eles, nem para eles, seu passado era desconhecido para eles e não podia ser contado, porque os antigos moradores (os antigos locais) não estavam mais ali.

Depois de 1945, o governo da Polônia, com a missão de restabelecer e consolidar uma nação, um estado e um território, fez todo o possível para polonizar o país e erradicar qualquer vestígio dos alemães: cidades, vilarejos, ruas e bairros foram renomeados, as placas alemãs foram derrubadas, os edifícios considerados alemães foram destruídos ou reinterpretados como sendo genuinamente poloneses.¹² Mas nenhum lugar pode ser completamente re-codificado ou despojado de seu passado. Os resíduos das significações antigas permanecem presentes na tradição social; os edifícios e os espaços mantêm relíquias e vestígios materiais, que estão ali, embora possam passar despercebidos ou não sejam vistos. Sua presença é sentida como algo jazente por trás das coisas cotidianas; como algo que nos abala sem que sejamos capazes de dizer por quê. O tempo que pode passar até que uma pessoa atente para esses resíduos é imprevisível.

Na República Popular da Polônia, levou muito tempo para que mansões se-
nhoriais, castelos, vilarejos abandonados e antigos cemitérios alemães fossem
aceitos como patrimônio: “Durante décadas, esses traços ‘não nossos’ da paisagem
foram deixados para desvanecer”.¹³ A situação mudou após o colapso
político do Bloco Oriental e a queda do Muro de Berlim. Um exemplo é a
Comunidade Cultural Polonesa Borussiana, fundada em Allenstein/Olsztyn
em 1990. A Comunidade Cultural passou a assumir responsabilidades até pelo
patrimônio que não podia ser considerado genuinamente local, e colocou isso
no contexto maior de uma “pátria europeia” (*Heimat Europa*):

Investigando em profundidade o passado de nossa região, devemos nos
esforçar para trabalhar crítica e criativamente na direção de novos sabe-
res e sensibilidade cultural, de uma nova atitude por parte das pessoas
que moram ali. [...] Nascemos aqui depois de 1945. Esse país é nossa
terra natal. Temos consciência do passado multicultural e multinacional
de nossa terra natal, e queremos assumir a responsabilidade pelo futuro
desse país. [...] Consideramos como patrimônio comum todo bem cul-
tural que existe aqui, independentemente de que nação ele representa.¹⁴

Não é surpreendente que as áreas de foco da Comunidade Cultural Polonesa
Borussiana – assim como associações similares em outras regiões anteriormente
alemãs do país – fossem os vilarejos e os cemitérios abandonados alemães.¹⁵ Os
mortos ainda repousam na mesma terra em que foram enterrados, mas tinham
sido abandonados por décadas por seus compatriotas. Zelando pelos túmulos
de estrangeiros, os agentes poloneses dessa comunidade cultural assumiram a
responsabilidade por eles, e não simplesmente como fiéis depositários de algo
de terceiros. Eles dissolveram os limites entre o que era ‘deles’ e ‘não deles’, em
um conceito novo, multicultural e multinacional. Suas ações visavam – e ainda
visam – evidenciar o passado alemão, para reenquadrá-lo no presente polonês
como um patrimônio agora aceito. Os lugares que foram tornados novamente
visíveis – não apenas cemitérios – são inseridos em um espaço comum, presen-
te, onde alemães e poloneses podem elaborar uma nova construção do passado,
incluindo as diferenças e os pontos comuns entre suas respectivas narrativas
do passado. Os lugares que foram e não são mais alemães são cativantes para
mim exatamente porque não são meus, mas sim vizinhos e talvez estrangeiros;
eu pessoalmente não perdi nada lá e não tenho negócios ali. São lugares com
destinos vizinhos, que são acessíveis para mim como uma não-local.

ESTUDO DE CASO 2: BERLIM ORIENTAL E OCIDENTAL – INSEPARAVELMENTE DIVIDIDAS

Após a queda do Muro e a fusão administrativa de Berlim no outono de 1990, foi minha responsabilidade profissional participar das controvérsias em torno do patrimônio histórico durante o período da reunificação da Alemanha. A questão central era se os monumentos emblemáticos da extinta Alemanha Oriental seriam merecedores de preservação. O período habitualmente requerido para um monumento desfrutar do status de proteção – idade mínima de trinta anos – foi revogado com base no argumento de que os edifícios e os monumentos do tempo da Alemanha Oriental pertenciam a uma época cultural que tinha acabado, e que portanto já dispúnhamos da distância histórica necessária para avaliar o possível valor do monumento. Isso pareceu acertado, e foi bem recebido nos círculos administrativos e judiciais. No entanto, adquirir esse distância pressupunha um esforço; a distância tinha de ser gerada e, evidentemente, as pessoas do leste experimentaram isso de modo bastante diferente que as pessoas do oeste. Afinal, era o passado delas que estava prestes a ser consignado a uma época cultural fechada de um dia para o outro. Não eram apenas os edifícios: os depósitos de significado e de valores culturais e sociais que tinham se acumulado ao longo do tempo também deveriam passar a pertencer ao passado, subitamente. Mas passado de quem? E quem formularia as necessidades de construção de significados, quem construiria uma moldura institucional de referência nesse caso?

Eu, por exemplo. E eu estava qualificada para fazer isso, ou assim achava. Havia começado a trabalhar na cidade em 1988, portanto, em termos da história da divisão de Berlim, eu não estava onerada com nenhuma experiência pessoal dolorosa. Eu era uma recém-chegada, uma “nova local”. Como historiadora de arte alemã-ocidental da Escola Marburg – que era célebre por suas orientações politicamente engajadas – eu achava que minha sensibilidade dialética por teses e antíteses contraditórias me tornavam uma candidata bastante adequada para defender as evidências históricas do socialismo contra a rápida demolição. E assim perambulei por Berlim Oriental – ainda apenas um mar cinzento sobre meu obsoleto mapa Falk ocidental – explorei os espaços urbanos, vi os bairros *Gründerzeit* e os edifícios mais novos construídos no dialeto modernista alemão oriental. Em pouco tempo, tornei-me uma especialista oficial nos edifícios ao longo da fronteira e nas relíquias do Muro de Berlim.¹⁶

O que não consegui me dar conta foi que Berlim Oriental era mais do que apenas um espaço diferente para mim; eu estava me aproximando também de um

passado distinto como um todo, um passado incomparavelmente mais difícil de identificar do que os edifícios em si, distante das formas e das tipologias que eu era capaz de categorizar e avaliar. Não dediquei tempo suficiente me perguntando qual a importância que aqueles edifícios e lugares tinham para os berlinenses orientais, que acontecimentos, valores e sentimentos profundamente ambivalentes eles ainda associavam aos mesmos. Não é indiferente se uma pessoa vivenciou o edifício do Conselho de Estado como local do poder e de sua própria dominação e opressão por terceiros em um passado muito recente, ou se uma pessoa só ficou sabendo disso após o fim do regime e não causa incômodo ver o edifício como uma obra de arquitetura e como testemunho da história. Eu não entendia o comportamento daqueles berlinenses orientais que estavam fazendo campanha pela preservação do Palácio da República, dos restos do Muro de Berlim, dos memoriais monumentais para Lenin e Thälmann, e da adaptação da Neue Wache (Nova Casa da Guarda) na Unter den Linden: inicialmente, eles reagiram ao meu engajamento em algumas causas com ceticismo e reserva, em vez de satisfação e aplauso. Eles acharam que meu trabalho era uma intrusão no seu próprio passado.¹⁷ O fim da Alemanha Oriental percebido como a perda de um sistema de referências pessoais é algo que a autora francesa Cécile Wajsbrot pôs na voz de um protagonista de uma obra sua, um poeta de Berlim Oriental, que fica rapidamente famoso após a queda do Muro de Berlim:

Ainda que as coisas tivessem se acalmado do lado de fora, nada dentro de mim havia mudado; eu sentia a mesma agitação, o mesmo caos de antes; de repente, minha vida degingolou e minha felicidade de ver o Muro desaparecer foi frustrada pelo medo de logo ver tudo o mais também desaparecer; os pontos de referência e os valores que tínhamos estabelecido, tudo precisava ser reconsiderado; de um dia para o outro, os selos e as cédulas de dinheiro tinham rostos diferentes, os nomes das ruas mudaram; ainda estávamos morando no mesmo país, na mesma cidade, falando a mesma língua, mas éramos exilados. E eu quis falar do não falar.¹⁸

Seria difícil encontrar uma descrição mais apropriada do que é ser alienado do próprio presente. Em retrospecto, percebo que a divisão da cidade em setores e, mais tarde, o Muro, deram origem a mundos de vida distintos e, posteriormente, à construção de diferentes passados “vizinhos”, no sentido do termo sugerido neste texto. Vizinhos, mas não paralelos, pois a estrutura *Gründerzeit*

da cidade, seu passado mais distante, a destruição da guerra e o esforço de reconstrução foram comuns a ambos os lados, embora as histórias políticas e culturais seguissem ritmos diferentes e estivessem associadas a valores diferentes. Assim, as marcas da divisão e os edifícios ao longo da fronteira foram percebidos de formas distintas pelos berlinenses ocidentais e orientais, e sobretudo os edifícios e os monumentos emblemáticos do período da divisão política foram percebidos como sendo específicos e diferentes em cada lado. Até hoje os traços materiais dos passados vizinhos de Berlim Ocidental e Oriental ainda são legíveis no espaço, é possível visitá-los com ou sem orientação e deixá-los de novo sem obstáculos. Os antigos habitantes e os “antigos” recém-chegados (como eu) preservam a topografia da divisão em sua consciência e memória corporal. Mas no meio tempo essa topografia dividida foi coberta por uma diferente, a ordem Leste-Oeste foi revestida com novos pontos de referência e hierarquias espaciais, e o presente pós-Muro proporcionou inúmeras oportunidades para reavaliação dos dois passados da cidade. Em outras palavras, devemos estar preparados para um novo passado.¹⁹

ESTUDO DE CASO 3: DIÁLOGOS LOCAIS EM KREUZBERG

Quando os primeiros trabalhadores migrantes turcos chegaram a Berlim no início da década de 1960, nem eles, nem os economistas nem os políticos berlinenses pensavam que eles permaneceriam na cidade além dos dois anos que constavam de seus contratos. Nenhuma das partes interessadas tinha a migração definitiva como horizonte. Inicialmente os trabalhadores ficaram hospedados nos alojamentos pertencentes às fábricas, eram transportados para os locais de trabalho nos ônibus das empresas, tornando-os dependentes de seus empregadores e privados de autonomia, o que também afetou sua capacidade de explorar o espaço da cidade. Em seu romance *The Bridge of the Golden Horn*, a autora Emine Sevgi Özdamar, que também emigrou por trabalho em meados da década de 1960, descreve as dificuldades que ela e suas colegas tinham para se orientar na chegada a Berlim após a longa viagem desde Istambul:

Nos meus primeiros dias em Berlim, a cidade parecia um edifício interminável para mim. Mesmo entre Munique e Berlim, o país era como uma construção única. Sair pela porta do trem em Munique com as outras mulheres, entrar pela porta da Ajuda aos Viajantes. Pãezinhos – café – leite – freiras – luzes de néon; então, sair pela porta da Ajuda

aos Viajantes; em seguida, entrar pela porta do avião, sair pela porta do avião em Berlim, entrar pela porta do ônibus, sair pela porta do ônibus, entrar pela porta do albergue de mulheres turcas, sair pela porta do albergue, entrar pela porta da loja de departamentos Hertie, na Hallesches Tor. A partir da porta do albergue, fomos para a porta da Hertie, tivemos de caminhar sob uma ponte do metrô. Os mantimentos ficavam no último andar da Hertie.²⁰

Uma viagem e, depois disso, uma cidade só de portas, sem nenhum espaço. É certo que é um texto literário em retrospecto, que comunica artisticamente um viés da memória de sua autora. Mas ele pode ser considerado um exemplo do que quero mostrar aqui: naquele momento os trabalhadores turcos podiam ser classificados como não-locais nas suas relações com a cidade; eles eram moradores temporários, mas não pertenciam ao lugar e, certamente, não estavam ligados a ele. Seus laços e suas afiliações estavam no país natal que tinham deixado para trás temporariamente, e também deixaram seus passados para trás. Mas mesmo a história de Sevgi Özdamar possui elementos do que Judi Ling Wong chamou de “tornar-se local”, pois alguém que descobriu onde comprar mantimentos não está mais completamente sem orientação num lugar.

Como sabemos, os trabalhadores migrantes turcos ficaram na Alemanha por mais do que dois anos; a comunidade cresceu e suas famílias se juntaram a eles. A segunda e agora terceira geração de turcos já começa a formar suas próprias famílias em Berlim. O termo “trabalhador migrante” foi substituído pela palavra “imigrante”. Recentemente, sugeriu-se que os filhos e os netos de turcos nascidos em Berlim ou na Alemanha deviam ser apresentados como “pessoas com um passado familiar na Turquia”, formulação que fornece um local de origem, sem especificar as origens étnicas. Se o processo de assentamento em um lugar fosse definido exclusivamente pelo período de residência, então aqueles imigrantes que foram residentes durante muito tempo seriam agora parte da comunidade local, independentemente de que geração eles pertencem. No entanto, como mencionado acima, a afiliação local não é um estado de coisas objetivo, nem um processo que segue um padrão regular. É uma sensação subjetiva.

Há diversos fatores que determinam quando e onde as pessoas começam a desenvolver uma noção de pertencer a um lugar: relacionamentos no trabalho, em casa, em seus ambientes privados; liberdade de movimento, oportunidades de educação e ascensão social; segurança e orientação no espaço público, e – fundamental, na minha opinião – a capacidade de se engajar com os passados

locais. Mas que passados, passados de quem e onde exatamente? E por que os “novos locais” – independentemente da origem – deveriam se interessar por acontecimentos que se passaram muito antes de sua chegada à cidade? – Porque os espaços em que eles moram e se deslocam carregam as marcas desses acontecimentos. Porque as estruturas, as placas, as relíquias, os nomes das ruas e os nomes dos lugares só se tornam compreensíveis para eles depois que se familiarizam com suas origens e contexto. Porque esses acontecimentos produzem impactos sobre os antigos “locais” que já vivem na cidade, com quem eles conviverão. Porque os passados de uma cidade tornam-se assunto de debate, e a participação nessas discussões pode preparar o caminho para o assentamento num lugar.

Sendo ocupados e apropriados pelos imigrantes da Turquia, os espaços preexistentes que eles encontraram tornaram-se lugares de novos acontecimentos: aparecem novos símbolos, textos, nomes e sinalizações a serem lidos e interpretados. Esses lugares passaram a significar coisas diferentes e podem até mesmo ser completamente ressignificados. Berlim adquiriu portanto um passado vizinho diferente, mais recente: o passado dos turcos de Berlim. Mas quem diz isso para quem? E por que os “antigos locais” – que, nesse caso, significam a maioria da população de berlinenses alemães – deveriam se interessar por acontecimentos que ocorreram em sua cidade, mas fora de seu próprio grupo de iguais? Por que eu fiquei interessada neles? Porque tive de me perguntar se e como as placas e os anúncios, as lojas e os restaurantes turcos podem ter seu próprio valor de monumento, e se devem ao menos ser incluídos sob qualquer status de proteção que é concedido a um monumento histórico. Afirmar isso pressupõe a consulta às histórias dos proprietários e ocupantes desses estabelecimentos, caso contrário, ninguém pode afirmar nada a respeito de sua importância.

Já há alguns anos, o Departamento de Conservação Urbana da Technische Universität Berlim vem realizando estudos sobre como a capacidade de se relacionar com diversos passados se relaciona com o processo de conhecer um lugar; sobre a importância do patrimônio e da história para os imigrantes – não só turcos – que já vivem há algumas décadas em Berlim; sobre se é correto fazer distinção entre os passados particulares e vizinhos e os passados estrangeiros, e entre o patrimônio particular e o patrimônio estrangeiro.²¹ Começamos transpondo o conceito de lugares da memória – aplicado de modo tão convincente aos estados nacionais nas obras de Pierre Nora, Hagen Schulze e Etienne François, e Robert Traba – aos pequenos grupos sociais e a um sistema de referência urbano. O objetivo era identificar os *lieux de mémoire* dos imigrantes turcos em Berlim e investigar seus efeitos potencialmente coesivos nas

relações pessoais, do grupo e da cidade como um todo. A partir disso, foram feitos estudos de caso.

Nosso trabalho se concentrou nos bairros de Kreuzberg e Neukölln, pois foi ali que os trabalhadores turcos fixaram residência. Uma região que o Senado de Berlim escolheu para a construção de grandes conjuntos habitacionais; um lugar com muitos prédios antigos, alguns em condições estruturais muito insatisfatórias, alguns já vazios. Assim como ocorreu com os reassentamentos na Polônia, os trabalhadores turcos se mudaram para prédios que não foram construídos nem para eles, nem por eles; numa área isolada dos bairros vizinhos de Berlim Oriental pelo Muro e, em grande medida, separada de Berlim Ocidental por uma faixa de estradas de ferro abandonadas. Quando perguntados a respeito dos acontecimentos formativos e de lugares específicos na história da migração para Berlim, os entrevistados se lembraram de memórias que jamais acharam previamente que eram significativas. Só quando foram entrevistados, conscientizaram-se que tinham seu próprio passado e seu próprio patrimônio em Berlim: o primeiro centro cultural turco na Schinkestraße, em Neukölln; a biblioteca Namik Kemal; o prédio de apartamentos da Kottbusser Strasse, ocupado por mulheres turcas; o memorial na Kottbusser Tor em homenagem a Celalettin Kesim, professor e sindicalista assassinado por membros do grupo de direita “Graue Wölfe” (“Lobos Cinzentos”); a horta plantada no átrio do Museu de Kreuzberg por Remzi Karatas; o *Gecekondu* (um abrigo “construído de um dia para o outro”) e a plantação de cebolas de Osman Kalin bem perto do Muro, em Bethaniendamm, cuja história e preservação estão intimamente ligadas com a história e a pós-história da divisão de Berlim. Sem dúvida, os turcos possuem uma grande quantidade de *lieux de mémoire* em Berlim.²²

Vejam os antigos Hospital Bethanien, em Mariannenplatz, em cuja escadaria o Coro dos Trabalhadores Turcos Alemães cantou certa vez *A Internacional*, no Dia do Trabalho, regido pelo músico turco Tahsin Incirci. O prédio foi construído em 1847 por dois famosos arquitetos, Ludwig Persius e Friedrich August Stüler. Foi ali que Theodor Fontane teve uma farmácia antes de decidir se dedicar exclusivamente à literatura. O Muro de Berlim estava a apenas cem metros ao norte. Em 1968, depois que manifestações impediram sua demolição, o prédio tornou-se lar da lendária Künstlerhaus Bethanien, que tornou-se famosa além das fronteiras alemãs com seu programa de exposições. O lugar onde o Coro dos Trabalhadores Turcos Alemães cantou também é, portanto, importante por outros motivos e para outros públicos. Como lugar de memória, é parte de uma pluralidade de topografias de memória pessoais e grupais, remetendo a diferentes temáticas, que, muitas vezes, sobrepõem-se, e contêm lugares múltiplos, codificados de diversas maneiras. Qualquer pessoa que percorrer essa região encontrará um passado di-

ferente a cada passo, literalmente. Alguns passados são claramente legíveis a partir dos próprios prédios, a partir das placas e marcas, enquanto outros precisam ser contados e recontados. Os lugares de transmissão desses passados já estão codificados, mas é sempre possível conceber novos lugares.

Por exemplo, o Museu de Kreuzberg na Adalbertstraße, bem no coração do bairro onde os trabalhadores migrantes turcos foram assentados desde a década de 1960, e que desde então foi ocupado por muitos outros moradores não alemães. A exposição permanente da história do bairro foi re-concebida entre 2010 e 2012, e, agora, tem o título programático de *ortsgespräche* (diálogos locais). Um mapa ampliado do bairro duplo de Kreuzberg-Friedrichshain traz o espaço da cidade para o museu, cobrindo o piso de uma grande área da exposição. Há marcas no mapa que correspondem aos locais de acontecimentos relatados por moradores. Os relatos estão armazenados em dispositivos de áudio, e os visitantes podem ouvi-los, fazer pausas, saltá-los, percorrendo os lugares marcados no mapa da cidade. Alguns nós estão associados a múltiplas histórias, e neles o visitante pode escolher seguir o mesmo narrador até um local diferente do mapa ou escutar outro narrador contar uma história diferente a respeito do mesmo local – e, depois, seguir esse narrador. Dessa maneira, os passados e os lugares entrelaçam-se no presente do ouvinte, numa nova e distinta configuração a cada momento, tornando as múltiplas codificações dos diversos locais tanto audíveis quanto visíveis. Os visitantes percorrem literalmente diversos passados vizinhos simultaneamente. A história dos migrantes é uma entre muitas.²³

O museu convida o visitante a percorrer o espaço da cidade, sozinho ou guiado por um narrador, para explorar lugares, sinais e marcas, testemunhando não os acontecimentos e suas causas – pois, como em Oradour, Polônia e Berlim Oriental-Occidental, essas coisas pertencem aos diversos passados vizinhos das pessoas que os narram –, mas sim suas próprias caminhadas e aprendizagens do presente. Ninguém precisa abandonar os laços com seus locais de origem para participar desse exercício, que abre possibilidades para a construção de novos e adicionais laços, possibilita a associação com passados diferentes dos seus.

Tendo chegado ao fim provisório de minhas reflexões, dou-me conta que, a rigor, não foi tanto pelo passado dos outros que caminhei, mas sim pelo presente deles – presente que, por meio dos atos de caminhar e escrever, ficou entrelaçado com meu próprio presente e será parte de meu passado futuro.

Gabi Dolff-Bonekämper, 30 de abril de 2014.

NOTAS

[1] Jan Assmann, *Das kulturelle Gedächtnis. Schrift, Erinnerung und politische Identität in frühen Hochkulturen* (Munich: 2007), p. 48; para uma versão em inglês desse trecho, ver idem, *Cultural Memory and Early Civilization: Writing, Remembrance, and Political Imagination* (Cambridge: 2011), p. 33.

[2] Gabi Dolff-Bonekämper, “Wahr oder falsch. Denkmalpflege als Medium nationaler Identitätskonstruktionen” (“Verdadeiro ou falso – Preservação histórica como meio de construção de identidade nacional”), in *Bilder gedeuteter Geschichte. Das Mittelalter in der Kunst und Architektur der Moderne*, trabalhos do seminário “Bilder Gedeuteter Geschichte – Das Mittelalter in der Kunst und Architektur der Moderne”, Max-Planck-Institut für Geschichte, Göttingen, 20 a 21 de junho de 2003, editado por Otto Gerhard Oexle, vol. 23.2 (Göttingen: 2004), pp. 231–285, esp. p. 277: “Isso certamente não deve significar que estou sugerindo a construção de uma vontade coletiva por parte de cada respectiva época. Ao contrário, o que estou insinuando é uma consideração das divergências e das opiniões discordantes que existem entre grupos sociais e grupos interessados, e que (também não só) se articulam como volições históricas distintas”.

[3] Os processos pelos quais a sociedade atribui valor aos monumentos é algo que abrangido detalhadamente em outro lugar. Ver Gabi Dolff-Bonekämper, “Gegenwartswerte. Für eine Erneuerung von Alois Riegls Denkmalwerttheorie” (“Valores contemporâneos: O caso da restauração da teoria de Alois Riegl a respeito do valor do monumento”), in *DENKmalWERTE. Beiträge zur Theorie und Aktualität der Denkmalpflege; Georg Mörsch zum 70. Geburtstag*, editado por Hans-Rudolf Meier e Ingrid Scheurmann (Berlin, Munich: 2010), pp. 27-40.

[4] Robert Traba, “‘It was only a film!’ Three Images of Conflict and Dialogues of Memory”, in *Pamięć Rejestry i terytoria / Memory, Registers and Territories*, editado por Międzynarodowe Centrum Kultury (Kraków) (Krakow: 2014), pp. 15-22, esp. p. 16.

[5] Judy Ling Wong é presidente da Black Environment Network (BEN), em Londres, que luta pelo envolvimento dos imigrantes nas discussões a respeito

to do ambiente natural e construído. Ela fez essa afirmação em Bruxelas, em 2008, num congresso da Comissão Europeia dedicado às Jornadas Europeias do Patrimônio, ver http://ec.europa.eu/culture/news/ne0035-launch-of-the-2008-european-heritage-days_en.htm; François Matarasso, *First European Heritage Forum on 'Heritage and Dialogue' Brussels (Belgium), 23 a 24 de outubro de 2008. 'Open Doors and Open Minds' – report DGIV/PAT/JEP(2008)20rev, CDPATEP(2008)32rev, 14 de janeiro de 2009.*

[6] Apresentei inicialmente esses termos em inglês em Meeting on the “European Dimension” of the Heritage Days Events, em Estrasburgo, na França, em 11 e 12 de dezembro de 2011, http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/ehd/2011/EDimension_en.asp (acessado em 5 de abril de 2014), e, desde então, utilizo-os com frequência. A expressão e a ideia de “antigos locais” foram contribuições do delegado belga, Piet Jaspaert. Ver Jelena Mocevic, *Meeting on the Theme of 'The European Dimension of Heritage Days Events', Estrasburgo (França), 11 e 12 de dezembro de 2011, relatório do encontro – DGIV/PAT/JEP(2011)14 2012.*

[7] Marieke Kuipers, ‘Conserveren in de wegwerpmaatschappij. Pleidooi voor een polychrone cultuur’ (Conservação numa sociedade desperdiçada: o caso da cultura policrônica), palestra de pós-doutoramento, em 30 de março de 2001, na Universidade de Maastricht (Maastricht: 2001), onde Kuipers também fala a respeito de “chrono-diversiteit” e “polychrone cultuur”, *idem.*, p. 27.

[8] Em meus primeiros textos a respeito da definição de patrimônio cultural, suplinentei o conceito de Maurice Halbwachs a respeito de “cadres sociaux de la mémoire” com “cadres spatiaux”, que, aqui, é transferido para a definição de passados. Ver Gabi Dolff-Bonekämper, “The Social and Spatial Frameworks of Heritage – What is New in the Faro Convention?”, in *Heritage and Beyond*, editado pelo Council of Europe (Strasbourg: 2009), pp. 69–74; para a versão original francesa, ver see “Les cadres sociaux et spatiaux du patrimoine – Quoi de neuf dans la Convention de Faro?”, in *Le patrimoine et au delà*, editado pelo Conseil de l’Europe (Strasbourg: 2009), pp. 75–81. Ver também Maurice Halbwachs, *Les cadres sociaux de la mémoire*, reedição de 1935 edn (Paris: 2004); e, na tradução para o inglês, *idem.*, *On Collective Memory* (Chicago: 1992).

[9] Karsten Michael Drohsel, *Der Souveneur. Ein handlungsbezogenes Erinnerungskonzept* (tese inédita, TU Berlin: 2013), p. 89.

[10] Pierre Nora (ed.), *Les lieux de mémoire*, 7 vols (Paris: 1984–1992); Etienne François e Hagen Schulze (eds), *Deutsche Erinnerungsorte* (Munich: 2001); Hans Henning Hahn, Robert Traba e Peter Oliver Loew (eds), *Deutsch-polnische Erinnerungsorte: im Rahmen des vom Zentrum für Historische Forschung Berlin der Polnischen Akademie der Wissenschaften initiierten Projekts, Deutsch-Polnische Erinnerungsorte – Polsko-Niemieckie Miejsca Pamięci. Polsko-Niemieckie Miejsca Pamięci* (Memoriais alemães-poloneses) (Paderborn and elsewhere: 2012–).

[11] Ver Gabi Dolff-Bonekämper, “Memorable Moments – Chosen Cultural Affiliations”, in *Clashes in European Memory: The Case of Communist Repression and the Holocaust*, editado por Muriel Blaive, Christian Lindenberger e Thomas Gerbel, vol. 2 (Innsbruck: 2011), pp. 143-153.

[12] See Gregor Thum, *Die fremde Stadt. Breslau nach 1945* (A cidade estrangeira: Breslau depois de 1945) (Munich: 2006); Jan Musekamp, *Zwischen Stettin und Szczecin. Metamorphosen einer Stadt von 1945 bis 2005* (Entre Stettin e Szczecin: metamorfoses de uma cidade de 1945 a 2005) (Wiesbaden: 2010).

[13] Traba (2014), p. 19.

[14] Adam Michnik, “Laudatio auf die Kulturgemeinschaft Borussia anlässlich der Verleihung des Lew Kopelew Preises (2004)” (Louvor à Comunidade Cultural Borussiana por ocasião da concessão do prêmio Lev Kopelev), in *Borussia. Wspólnota Kulturowa*, editado por Konstantin M. Azadovskij e Robert Traba (Olsztyn: 2006), pp. 14–17, here esp. pp. 14–15.

[15] Ver Przemyslaw Paul Zalewski e Joanna Drejer, *Deutsch-polnisches Kulturerbe und die Zivilgesellschaft im heutigen Polen. Erfahrungen, Trends, Chancen. Dokumentation der Konferenz im Collegium Polonicum in Slubice 10.–12. März 2011* (Patrimônio cultural alemão-polonês e sociedade civil na Polônia contemporânea: experiências, tendências, oportunidades. Trabalhos da conferência no Collegium Polonicum, em Slubice, de 10 a 12 de março de 2012) (Warsaw: 2012).

[16] A esse respeito, ver as seguintes publicações recentes: Deutsches Nationalkomitee für Denkmalschutz (ed.), *Tagung Mauer und Grenze – Denkmal und Gedenken. Dokumentation der Tagung des Deutschen Nationalkomitees für Denkmalschutz vom 10.-12. Mai 2009 in Berlin* (Conferência: muro e fronteira – memorial e celebração. Documentação da conferência organizada pela Comissão Nacional Alemã de Proteção aos Monumentos, Berlim, de 10 a 12 de maio de 2009); Gabi Dolff-Bonekämper, Hartmut Dorgerloh, Peter Goralczyk e outros, mesa redonda: “Gefunden und verloren: Metamorphose von der Sperranlage zum (fast verschwundenen) Denkmal” (Achados e perdidos: de área interdita para monumento (mal existente)), in *ibid.*, pp. 51–64, esp. pp. 55–57, 63; e Axel Klausmeier e Günter Schlusche (eds), *Denkmalpflege für die Berliner Mauer. Die Konservierung eines unbequemen Bauwerks* (Preservando o Muro de Berlim: a conservação de uma estrutura desconfortável) (Berlin: 2011).

[17] Para *insights* importantes a respeito desse assunto, agradeço aos meus antigos colegas Hubert Staroste e Sibylle Schulz, que vieram do Instituto de Conservação da Alemanha Oriental para o Departamento Federal de Monumentos, em Berlim, em 1990.

[18] Cécile Wajsbrot, *Mann und Frau den Mond betrachtend. Roman (Casper-Friedrich-Strasse)*, traduzido do francês por Holger Fock e Sabine Müller (Munich: 2006), pp. 63-64.

[19] Outra contribuição a respeito desse tema é a publicação vindoura referente a uma série de palestras organizadas pelo Dokumentationszentrum Gedenkstätte Berliner Mauer, em colaboração com a TU Berlin, em 2012 e 2013. Ver Günter Schlusche, Verena Pfeiffer, Axel Klausmeier e Gabi Dolff-Bonekämper, *Stadtentwicklung und Erinnerungsorte im doppelten Berlin* [Desenvolvimento urbano e locais celebrativos na duas Berlins] (Berlin: 2014).

[20] Emine Sevgi Özdamar, *The Bridge of the Golden Horn*, traduzido por Martin Chalmers (London: 2007), pp. 8–9; para o original alemão, ver *idem*, *Die Brücke vom Goldenen Horn*, 2nd edn (Cologne: 2005), p. 18.

[21] *Stadt Mensch Geheimnis. Ausstellung und Projektbericht des Studienprojektes Fremdes Erbe* (Cidade, homem, mistério: relatório da exposição e do projeto a partir do projeto de estudo a respeito de patrimônio estrangeiro) (Berlim: inédito, 2006); Zeinab Hijazi, *Das Neue Kreuzberg Zentrum. Von der Utopie der Planung zum Zentrum der Migration* (O novo centro de Kreuzberg: da utopia planejada ao centro de migração) (Berlim: tese de graduação inédita, 2012); Pinar Boga, *Die Topographie der Anderen. Berliner Orte in literarischen Texten von türkischen Migranten* (A topografia dos outros: lugares de Berlim em textos literários de emigrantes turcos) (Berlim: tese de graduação inédita, 2012); Khalib Salem Ben Muftah, *Stadtteil alte Heimat – Konzentration außereuropäischer Minoritäten in Berlin und Paris* (O bairro do “velho país” – concentrações de minorias não europeias em Berlim e Paris) (Berlim: tese de graduação inédita, 2012); Gülsah Stapel, “Fremdes Erbe? Modelle und Beispiele raumbezogener Erinnerungspotenziale von Berlinerinnen und Berlinern mit Familienhintergrund aus der Türkei” (Patrimônio estrangeiro? Modelos e exemplos do potencial mnemônico espacial dos berlinenses com passados familiares na Turquia) (projeto de tese).

[22] Gülsah Stapel, “Identität und Erbe” (Identidade e herança), dissertação apresentada na conferência ‘Das Erbe der Anderen’, Universität Bamberg, 14 e 15 de novembro de 2013, publicada nos anais da conferência.

[23] ‘ortsgespräche. stadt – migration – geschichte: vom halleschen zum frankfurter tor’ (diálogos locais – cidade, migração, história: do hallesches tor ao frankfurter tor). O conceito para a instalação dessa exposição foi encomendado pelo diretor do museu Martin Düspohl e elaborado por Lorraine Bluche, Frauke Miera e Gülsah Stapel. A exposição foi estendida até 31 de dezembro de 2014.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSMANN, Jan (2011). *Cultural Memory and Early Civilization: Writing, Remembrance, and Political Imagination*. Cambridge: University Press.

ASSMANN, Jan (2007). *Das kulturelle Gedächtnis. Schrift, Erinnerung und politische Identität in frühen Hochkulturen*, vol. 1307 in the 'Beck'sche Reihe' series (Munich: 2007).

BOGA, Pinar (2012). *Die Topographie der Anderen. Berliner Orte in literarischen Texten von türkischen Migranten* (mimeo), Technische Universität Berlin.

DEUTSCHES NATIONALKOMITEE FÜR DENKMALSCHUTZ (2009). *Tagung Mauer und Grenze – Denkmal und Gedenken. Dokumentation der Tagung des Deutschen Nationalkomitees für Denkmalschutz*, Berlin, 10-12 Maio 2009.

DOLFF-BONEKÄMPER, Gabi (2004). 'Wahr oder falsch. Denkmalpflege als Medium nationaler Identitätskonstruktionen' in Otto Gerhard Oexle (ed), *Bilder gedeuteter Geschichte. Das Mittelalter in der Kunst und Architektur der Moderne*, Göttingen: Max-Planck-Institut für Geschichte, pp. 231–285.

DOLFF-BONEKÄMPER, Gabi (2009). 'Les cadres sociaux et spatiaux du patrimoine – Quoi de neuf dans la Convention de Faro?' in (ed.), *Le patrimoine et au delà*. Strasbourg: Conseil de l'Europe, pp. 75–81.

DOLFF-BONEKÄMPER, Gabi (2009). 'The Social and Spatial Frameworks of Heritage – What is New in the Faro Convention?' in *Heritage and Beyond*, edited by the Council of Europe (Strasbourg), pp. 69–74.

DOLFF-BONEKÄMPER, Gabi (2010). 'Gegenwartswerte. Für eine Erneuerung von Alois Riegls Denkmalwerttheorie.' In: Hans-Rudolf Meier and Ingrid Scheurmann (eds), *DENKmalWERTE. Beiträge zur Theorie und Aktualität der Denkmalpflege; Georg Mörsch zum 70. Geburtstag*, Berlin/Munich: Deutsches Kunstverlag, pp. 27–40.

DOLFF-BONEKÄMPER, Gabi (2011). 'Memorable Moments – Chosen Cultural Affiliations' in: Muriel Blaive, Christian Lindenberger e Thomas Gerbel (eds.) *Clashes in European Memory: The Case of Communist Repression and the Holocaust*. edited by Muriel Blaive, , vol. 2 in the series 'European History and Public Spheres'. Innsbruck: Studien Verlag, pp. 143–153.

DOLFF-BONEKÄMPER, Gabi, Hartmut Dorgerloh, Peter Goralczyk et. al (2009). 'Gefunden und verloren: Metamorphose von der Sperranlage zum

(fast verschwundenen) Denkmal' in: *Tagung Mauer und Grenze – Denkmal und Gedenken. Dokumentation der Tagung des Deutschen Nationalkomitees für Denkmalschutz vom 10.-12. Mai 2009*. Berlin: Deutsches Nationalkomitee für Denkmalschutz, pp. 51–64.

DROHSEL, Karsten Michael (2013). *Der Souveneur. Ein handlungsbezogenes Erinnerungskonzept* (mimeo), Tese de Doutorado, TU Berlin.

FRANÇOIS, Etienne, e HAGEN Schulze, eds (2001). *Deutsche Erinnerungsorte*. Munich: Beck.

HAHN, Hans Henning, TRABA, Robert e LOEW, Peter Oliver, eds (2012). *Deutsch-polnische Erinnerungsorte*. Paderborn: Ferdinand Schöningh.

HALBWACHS, Maurice (1994 [1925]). *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel.

HALBWACHS, Maurice (1992). *On Collective Memory*. Chicago: University Press.

HIJAZI, Zeinab (2012). *Das Neue Kreuzberg Zentrum. Von der Utopie der Planung zum Zentrum der Migration* (mimeo). Dissertação, TU Berlin.

KLAUSMEIER, Axel, e SCHLUSCHE, Günter, eds (2011). *Denkmalpflege für die Berliner Mauer. Die Konservierung eines unbequemen Bauwerks*. Berlin: Links.

KUIPERS, Marieke (2001). 'Conserveren in de wegwerpmaatschappij. Pleidooi voor een polychrone cultuur', palestra, 30 de março de 2001 na Universidade de Maastricht.

MATARASSO, François (2009). *First European Heritage Forum on 'Heritage and Dialogue' Brussels (Belgium), 23–24 October 2008. 'Open Doors and Open Minds' – report DGIV/PAT/JEP(2008)20rev, CDPATEP(2008)32rev, 14 January 2009*.

Meeting on the 'European Dimension' of the Heritage Days Events – Strasbourg (France), 11–12 December 2011, http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/ehd/2011/EDimension_en.asp (consultado 5 Abril 2014).

MICHNIK, Adam (2006). 'Laudatio auf die Kulturgemeinschaft Borussia anlässlich der Verleihung des Lew Kopelew Preises (2004)' in Konstantin M. Azadovskij e Robert Trabam(eds). *Borussia. Wspólnota Kulturowa*, pp. 14–17.

MOCEVIC, Jelena (2012). *Meeting on the Theme of 'The European Dimension of Heritage Days Events' Strasbourg (France), 11–12 December 2011*, meeting report – DGIV/PAT/JEP(2011)14.

MUFTAH, Khalib Salem Ben (2012). *Stadtteil alte Heimat – Konzentration außereuropäischer Minoritäten in Berlin und Paris* (mimeo). Berlin: Dissertação TU Berlin.

MUSEKAMP, Jan (2010). *Zwischen Stettin und Szczecin. Metamorphosen einer Stadt von 1945 bis 2005*. Darmstadt: Deutschen-Polen Institut.

NORA, Pierre ed. (1984-1992). *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard.

ÖZDAMAR, Emine Sevgi (2007). *The Bridge of the Golden Horn*. London: Profile Books.

Stadt Mensch Geheimnis. Ausstellung und Projektbericht des Studienprojektes Fremdes Erbe (2006). Berlin, mimeo.

STAPEL, Gülsah, 'Fremdes Erbe? Modelle und Beispiele raumbezogener Erinnerungspotenziale von Berlinerinnen und Berlinern mit Familienhintergrund aus der Türkei' (projeto de pesquisa, mimeo).

STAPEL, Gülsah (2013). 'Identität und Erbe', anais da conferência 'Das Erbe der Anderen', Universität Bamberg, 14–15 November 2013.

THUM, Gregor (2006). *Die fremde Stadt. Breslau nach 1945*. Munich: Langen Müller Verlag.

TRABA, Robert (2014). "It was only a film!" Three Images of Conflict and Dialogues of Memory' in *Pamięć Rejestry i terytoria / Memory, Registers and Territories*. Kraków: Międzynarodowe Centrum Kultury, pp. 15–22.

WAJSBROT, Cécile (2006). *Mann und Frau den Mond betrachtend*. Munich: Liebeskind.

ZALEWSKI, Przemyslaw Paul e Joanna Drejer, eds (2012), Deutsch-polnisches Kulturerbe und die Zivilgesellschaft im heutigen Polen. Erfahrungen, Trends, Chancen. Atas de conferência, Ślubice: Collegium Polonicum, 10–12 March 2012.

SOBRE OS AUTORES

ANA ROSAS MANTECÓN

Antropóloga, professora do Departamento de Antropologia da Universidad Autónoma Metropolitana (UAM) – Iztapalapa.

BEATRIZ MUGAYAR KÜHL

Arquiteta e Urbanista. Professora do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Pesquisadora do CNPq.

CAROLINA AGUILERA

Socióloga e licenciada em Ciências pela Universidade de Chile. Trabalha em projetos relacionados com sítios de memória da ditadura militar chilena.

DAVID FAVALORO

Graduado em Public History . Diretor de Curadoria no Lower East Side Tenement Museum, em Nova Iorque. Pesquisador do Hebrew Technical Institute.

FRAYA FREHSE

Antropóloga e socióloga. Professora do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

GABI DOLFF-BONEKÄMPER

Historiadora da Arte. Professora titular da Cátedra de Preservação do Patrimônio na Technische Universität Berlin.

GONZALO CONTE

Arquiteto, coordena o programa Topografia da Memória da ONG Memória Aberta, em Buenos Aires.

GRAÇA ÍNDIAS CORDEIRO

Antropóloga urbana, professora auxiliar do ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa.

PAULO PEIXOTO

Sociólogo, professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e pesquisador do Centro de Estudos Sociais, integrando o Núcleo Cidades, Cultura e Arquitetura.

RENATO CYMBALISTA

Arquiteto e Urbanista. Professor do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

SARAH FELDMAN

Arquiteta e Urbanista. Professora Livre-Docente do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Pesquisadora do CNPq.

SHARON ZUKIN

Socióloga, professora do Brooklyn College e da Graduate School da City University of New York (CUNY).

SYBILLE FRANK

Socióloga, Professora de Sociologia da Cidade e do Espaço no Instituto de Sociologia da Technische Universität Darmstadt.

TALI HATUKA

Arquiteta e planejadora urbana. Chefe do Laboratório de Desenho Urbano Contemporâneo no Departamento de Geografia e Meio Ambiente Humano da Universidade de Tel Aviv, onde é professora.

